



#### **RESUMO CONTRATUAL**

#### **Das Partes**

Contratante: Instituto de Gestão e Humanização – IGH

CNPJ: 11.858.570/0002-14

Contratado: MAA Consultoria Médico Científica LTDA.

CNPJ: 04.901.544/0001-85

## Do Objeto:

Prestação de serviço de consultoria médica científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa;

#### Unidade:

Hospital Estadual da Mulher − HEMU, situada à Rua R-7, s/nº St. Oeste, Goiânia/GO, CEP.: 74.125-090;

#### Forma de pagamento:

Dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços;

### Valor do contrato:

R\$9.036,75 (nove mil trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) mensal, conforme Edital e Termo de Referência no anexo I, proposta de preço no anexo II.

## Vigência:

01/08/2023 e 01/08/2024







O Instituto de Gestão e Humanização – IGH, CNPJ/MF nº 11.858.570/0002-14, com sede à Av. Perimetral, s/nº, Qd. 37, Lt. 74, Sl. 101, Setor Coimbra, Goiânia/GO, CEP.: 74.530-020, representado neste ato pelo Dr. Joel Sobral de Andrade, superintendente, advogado, portador do Registro de Identidade N.º 0716630613, expedido pela SSP/BA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o N.º 821.110.735-04, residente e domiciliado em Salvador/BA, doravante denominado Contratante, e a empresa MAA Consultoria Médico Científica LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.901.544/0001-85, com sede na R 1124, nº 469, Q. 217, L. 12/13, sala 2, Setor Marista, CEP: 74.175-080, Goiânia/GO, representada neste ato pelo Sr. Marco Aurélio Albernaz, com CPF/MF sob o nº 320.916.801-68, doravante denominado Contratado, celebram o presente Contrato nº 9-12583-SERV-10-2023 – HEMU, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PREMISSAS

As seguintes disposições são premissas influentes e substanciais do presente instrumento:

- O Contratante, mediante contrato de gestão nº 131/2012, firmado junto à Secretaria da Saúde do
  Estado de Goiás, se figura gestora da unidade de saúde indicada à cláusula segunda e necessita do
  presente objeto contratual, com vistas à preservação da qualidade no atendimento prestado aos
  pacientes;
  - a) O contratado declara ter conhecimento absoluto do instrumento disposto no parágrafo anterior, bem como declara ter ciência que o custeio da presente contratação, se dará única e exclusivamente por meio do respectivo repasse ou pagamento correspondente a competência da prestação de serviço, realizado pela entidade pública vinculada ao referido contrato.
- §1º O contratado, através das tratativas do presente instrumento, declara interesse em assistir o Contratante em suas necessidades;
- §2º A presente contratação se realizou por meio do **processo seletivo nº 011/2023-HEMU**, tendo o Contratado oferecido única e melhor proposta;
- §3º O contratado se compromete a cumprir todas as regras, práticas e diretrizes institucionais estabelecidas pelo Contratante sobre proteção de dados, segurança da informação, programas de integridade e garantir que realizará acompanhamento das atualizações e regras institucionais







disponíveis em face a manter seu alinhamento e condução destas práticas em sua rotina operacional e técnica.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de consultoria médica científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa, para assistir ao **Hospital Estadual da Mulher – HEMU**, situada à Rua R-7, s/nº St. Oeste, Goiânia/GO, CEP.: 74.125-090.

Parágrafo único: O Termo de referência – Anexo I é parte integrante do objeto do contrato, sendo obrigatória a observância integral de seus termos.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente contrato vigorará **por 12 (doze) meses**, entre **01/08/2023 e 01/08/2024** admitindo-se a prorrogação à critério das partes.

**Parágrafo Único**: A prorrogação contratual ocorrerá obrigatoriamente por Termo Aditivo devidamente assinado pelas presentes partes.

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

Pela execução do objeto do presente contrato, o **Contratante** pagará o valor de **R\$9.036,75** (**nove mil trinta e seis reais e setenta e cinco centavos**) mensal, conforme Edital e Termo de Referência no anexo I, proposta de preço no anexo II.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

A Contratada deverá emitir a nota fiscal no mês subsequente à prestação de serviço, até o 5º (quinto) dia útil, e apresentar a nota fiscal acompanhada do relatório de evidências e nota de faturamento, chancelados pela Diretoria Geral da unidade, e o pagamento da fatura ocorrerá até o dia 20 (vinte) do referido mês.

- §1º A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem regularidade fiscal do Contratado em âmbito Federal, Estadual e Municipal, Justiça do Trabalho, bem como das certidões que comprovem regularidade de contribuições relativas à FGTS e INSS.
- §2º O Contratado se compromete, no ato da emissão da Nota Fiscal, a efetuar o devido destaque de impostos, taxas e contribuições sociais, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, ou dispensa de







retenção quando regime de tributação diferenciado, bem como empresas optantes pelo simples nacional, "tributação unificada", ou sociedade uniprofissional devidamente regulamentada, bem como qualquer outro previsto em legislação tributária pátria, sob pena de imediata suspensão do pagamento da fatura.

- Nos casos de não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos nesta Cláusula Quinta, seja no caput ou em seus parágrafos, até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, o pagamento poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação dos documentos omissos, não cabendo ao **Contratado** qualquer acréscimo no valor, seja a que título for;
- §4º O pagamento será efetuado somente mediante crédito em conta bancária de titularidade do Contratado, sendo vedada emissão de boletos;
- §5º O Contratado declara possuir inteiro conhecimento de que os serviços prestados pelo Contratante integram o patrimônio do Estado de Goiás, razão pela qual, o Contratante não será responsável pelos serviços prestados após eventual rescisão do contrato indicado na cláusula primeira, parágrafo primeiro, do presente instrumento, devendo o Contratado promover a cobrança/execução proprietário do referido patrimônio, ou de qualquer outro que venha assumir a da unidade de saúde em questão;
- §6º O Contratado concorda em manter regularmente os serviços prestados, ainda que haja atraso em pagamento de fatura por prazo não superior a 60 (sessenta) dias;
- §7º Para fins de faturamento será observada data do efetivo início da execução do objeto.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Caberá ao **Contratado**, dentre outras obrigações legais e constantes do presente contrato:

- a) Permitir e facilitar a inspeção dos serviços, prestando todas as informações e apresentando todos os documentos que lhe forem solicitados;
- b) Disponibilizar profissionais devidamente treinados e identificados para a execução dos serviços;
- Realizar junto aos órgãos competentes, os registros necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;







- d) Manter todos os médicos que prestam serviços com o esquema de imunização completo, segundo normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e normas da CCIH da unidade;
- e) Comunicar ao Contratante sobre a eventual existência de problemas que possam interferir no andamento dos serviços contratados;
- f) Assumir exclusivamente a responsabilidade pela manutenção da regularidade de documentos perante as esferas Federal, Estadual e Municipal, devendo pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos e encargos, incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação do serviço objeto do presente Contrato, devendo apresentar, de imediato, certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sempre que solicitado pelo Contratante, sob pena de suspensão do pagamento decorrente das obrigações contratuais;
- g) Observar e fazer cumprir todas as normas legais relativas às atividades desenvolvidas, respondendo integralmente por quaisquer prejuízos ocasionados a pacientes e ao Contratante pela inobservância dessas obrigações;
- Responder, exclusivamente, pelas ações e omissões de seus médicos e prepostos, indenizando pacientes e o Contratado por eventuais prejuízos que lhe forem ocasionados durante o período de vigência do presente contrato;
- i) Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Contratante;
- Respeitar e fazer com que seus médicos respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no Contratante, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- k) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao Contratante e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas imediatamente após a sua ocorrência;
- I) O Contratado se compromete, no ato da emissão da Nota Fiscal, a efetuar o devido destaque de impostos, taxas e contribuições sociais, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, ou dispensa de retenção quando regime de tributação diferenciado, bem como empresas optantes pelo simples nacional, "tributação unificada", ou sociedade uniprofissional devidamente regulamentada, bem como qualquer outro previsto em legislação tributária pátria, sob pena de imediata suspensão do pagamento do faturamento.







- m) O Contratado declara ser única e exclusivamente responsável por quaisquer obrigações de natureza cível, trabalhista, previdenciária e social, que sejam ou venham a ser relacionados, direta ou indiretamente, aos profissionais a serviço do presente contrato, desde que contratados pelo Contratado.
- n) O Contratado se obriga a manter a cobertura dos plantões ora determinados pela gestão das unidades, conforme as escalas disponibilizadas, sob pena da ficando desde já advertido que eventuais sanções serão aplicadas, quando cabíveis;

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao **Contratante**, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e ou constantes do presente contrato:

- I. Remunerar o Contratado, na forma estabelecida nas Cláusulas quarta e quinta;
- II. Promover as facilidades necessárias para o livre acesso dos profissionais do Contratado às suas instalações, se necessário, desde quando devidamente identificados;

## CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS

O não cumprimento das cláusulas pactuadas no presente contrato, nas condições gerais contratuais, nas normas de segurança higiene e medicina do trabalho, bem como nas normas de segurança patrimonial, gerará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, conforme disposições a seguir:

- §1º As multas são cumulativas, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.
- §2º As multas serão cobradas por ocasião do pagamento da primeira fatura que for apresentada após sua aplicação.
- As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesse contrato, na Cláusula décima terceira, nas normas de Segurança Industrial, Higiene e Medicina do Trabalho e Normas de Segurança Patrimonial, bem como a responsabilidade da Contratada por perdas e danos que causar à Contratante em consequência de inadimplemento das cláusulas pactuadas.

## CLÁUSULA NONA – DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS

Na hipótese de ocorrer paralisação dos serviços do **Contratado**, fica autorizado ao **Contratante** a contratação de outra prestadora de serviços para realização do objeto contratual paralisado, desde que







o **Contratado** seja notificado para regularizar a prestação de serviços e não a faça em até 24 (vinte e quatro) horas.

- §1º O disposto no caput não se aplica na hipótese de inadimplemento do **Contratante** por mais de 60 (sessenta) dias.
- 62º Caso o Contratante contrate outro fornecedor para a prestação dos serviços paralisados, conforme autorizado no disposto anteriormente arcará o Contratado com os custos da referida contratação, independente do ressarcimento de indenização por perdas e danos, sejam estes morais ou materiais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO RESSARCIMENTO**

O **Contratado** se obriga a reembolsar o **Contratante** em todas as despesas que este adquirir decorrentes de:

- a) Reconhecimento judicial de indenização administrativa ou reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de seus empregados e/ou prestadores de serviços com o **Contratante**;
- Reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariedade do Contratante no cumprimento das obrigações previdenciárias e/ou fiscais do Contratado;
- Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pelo Contratado ou seus prepostos ou prestadores de serviços na execução de suas atividades;
- d) Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos ao meio ambiente e emissão de agentes poluidores causados pelo Contratado ou seus prepostos ou prestadores de serviço, seja por ação ou omissão;
- e) Indenização pela necessidade de contratação de outra empresa para a execução do objeto previsto no presente contrato que tenha deixado de ser executado em face de paralisação das atividades do **Contratado**, ressalvada a hipótese indicada no §1º da cláusula nona.

**Parágrafo único:** Os valores em questão são reconhecidos desde já como devidos, líquidos e certos e passíveis de execução judicial para ressarcimento ao **Contratante**;

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA.

Não é permitido ao **Contratado** subcontratar os serviços ora pactuados, bem como utilizar pessoas que não sejam seus profissionais.







- §1º O Contratado não poderá transferir ou ceder, no todo ou em parte, os serviços contratados, salvo com autorização prévia por escrito do Contratante, regulando-se em cada caso a responsabilidade da cedente pelos serviços já prestados ou a prestar.
- §2º o Contratado não poderá ceder ou dar como garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do presente contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do Contratante.
- §3º Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que o Contratante opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se, expressamente que os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.
- §4º Caso o **Contratado** infrinja quaisquer das disposições acima, ficará obrigado a indenizar pelos danos materiais e/ou morais causados ao **Contratante**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS - LEI 13.709/18

O presente contrato será regido e interpretado em relação as leis de proteção de dados conforme a Legislação vigente de Proteção de Dados (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados) de acordo com as leis da República Federativa do Brasil (13.709/2018 e suas atualizações), se necessário ou aplicável a outros países, considerando também as regras e obrigações legais locais correlatas, valendo-se para este contrato e incluindo também dados anteriores que possam já existir em nossa base de informações para proteção.

- §1º Importante o entendimento de que nossas regras de política de privacidade de dados estarão disponíveis para consulta em nossos principais canais de comunicação e interação, e que poderão ser ajustadas e adaptadas a qualquer tempo em vistas de melhor atender as necessidades e expectativas das partes, demonstrando o cumprimento legal e regulamentar, tendo o Contratado a obrigação de consultar versão atualizada sempre que julgar pertinente.
- §2º Ao dar o de acordo neste contrato, entende-se também que há uma aceitação inequívoca do conhecimento e entendimento de nossa política de privacidade e atendimento aos seus direitos através dos canais institucionais, que podem ser solicitadas a qualquer tempo ao e-mail dados@igh.org.br.
- §3º As partes obrigam-se a assegurar aos titulares dos dados pessoais que venham a ser por estes tratados, em especial com relação àqueles que venham a constituir objeto deste Contrato, todos os







direitos de que trata o artigo 18 da LGPD, devendo informar à Contratada, imediatamente, qualquer solicitação de titulares que implique na necessidade de confirmação, acesso, correção, anonimização e/ou eliminação.

§4º A Contratante deverá ser integralmente indenizada por toda e qualquer perda decorrente do descumprimento, pela Contratada, das disposições da LGPD, respondendo a Contratada por eventuais sanções que venham a ser aplicadas à Contratante em razão da inobservância, pela Contratada, dos preceitos normativos estabelecidos na LGPD.

§5º Em caso de fiscalização ou aplicação de quaisquer penalidades pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") em decorrência de infração às normas da LGPD no que se refere aos dados pessoais que venham a integrar o objeto deste Contrato, uma Parte deverá, conforme o caso, fornecer à outra, para fins de defesa, todos os subsídios e provas que comprovem que (i) não ocorreu o tratamento dos dados que lhes foram atribuídos; (ii) não houve violação à legislação de proteção de dados; ou (iii) o dano causado é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros."

## CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RETENÇÃO

#### O Contratante poderá reter:

- a) Em 20% da fatura mensal, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pelo **Contratado**, incluindo-se também as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pelo **CONTRATADA** em favor do **Contratante**, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pelo **CONTRATADA** e ou seus empregados.
- Em 30% da fatura final, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pelo Contratado, incluindo-se igualmente as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pelo Contratado em favor do Contratante, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pelo Contratado e ou seus empregados.
- c) A(s) fatura(s) em sua totalidade, na hipótese de não pagamento dos salários dos empregados do Contratado que prestem serviços para o Contratante, somente liberando os valores retidos na hipótese de adimplemento dos salários ou acordo entre as partes.
- d) A(s) fatura(s), na hipótese de Reclamação Trabalhista, em que o **Contratante** figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, de empregados ou prestadores de serviço da **Contratada**, até o limite dos valores reclamados na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre as partes.







- e) A(s) fatura(s), na hipótese de ações judiciais, em que o Contratante figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, oriunda de fatos praticados por empregados ou prestadores de serviço do Contratado, até o limite dos valores requeridos na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre as partes.
- f) Os impostos da nota, quando necessário e amparado por lei.
- Os valores retidos de acordo com as alíneas 'a' e 'b' serão liberados após a assinatura do TRD (Termo de Recebimento Definitivo), descontadas multas e quaisquer outros valores porventura devidos pelo Contratado ao Contratante.
- §2º Os valores retidos não sofrerão nenhum acréscimo, sendo liberados pelos valores históricos da retenção.
- Rescindido o contrato nos termos da Cláusula Décima-quinta, alínea 'a', perde a **CONTRATADA** a favor da **Contratante**, as importâncias retidas, além de responder pelas perdas e danos que resultarem da infração ou prestação inadequada do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – ÉTICA, SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente contrato é vedado às partes e seus vinculados:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº. 12.846/2013 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato;

§1º O CONTRATADO se responsabiliza a adotar os devidos cuidados para impedir o uso não autorizado, bem como a revelação de Informações Confidenciais da CONTRATANTE e de suas Partes Relacionadas,







abstendo-se de, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE, revelar ou de alguma outra forma tornar disponível qualquer das Informações de Propriedade Exclusiva dela.

§2º Será permitido o uso de informações confidenciais tão somente com o propósito de avaliá-las, bem como para fomentar as relações comerciais entre as PARTES e/ou suas respectivas partes responsáveis, e ainda, para subsidiar decisões ou fornecer orientações acerca delas ou no cumprimento de diretriz legal ou regulamentar exigida como o envio a órgãos governamentais e/ou de fiscalização, bem como bancos e necessárias ao cumprimento das obrigações entre as partes. Para qualquer outra forma de utilização das informações confidenciais, é imprescindível autorização expressa da CONTRATANTE, salvo as previstas e indicadas em nossa política/contrato e em benefício das partes.

§3º A obrigação de confidencialidade permanecerá em plena vigência pelo tempo em que o CONTRATADO continuar a receber Informações Confidenciais da CONTRATANTE, o que não liberará o CONTRATADO e seus representantes legais da obrigação quanto a manutenção e subordinação aos efeitos da confidencialidade e/ou portabilidade de informações caso demandado.

§ 4º O CONTRATADO se compromete em executar os serviços com rigorosa observância às técnicas adequadas a trabalhos de igual natureza, às especificações da NBR da ABNT, além das leis e normas técnicas aplicáveis, comprometendo-se, em qualquer hipótese, a adotar os melhores padrões aplicáveis.

§5º O CONTRATADO envidará os melhores esforços para cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as normas emanadas pela CONTRATANTE, bem como Regulamentos de Segurança e Autoridades, além das instruções que forem expedidas pela CONTRATANTE, disciplinando os serviços que ali operam em relação também ao Programa Corporativo de Integridade (*Compliance*), garantindo padrões éticos e morais como um aspecto institucional da CONTRATADA.

§6º O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as boas práticas de segurança da informação, preconizadas na Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001 de Segurança da Informação, correlata as políticas e padrões internos do CONTRATANTE e as leis da República Federativa do Brasil correlatas ao tema.

§7º Manter sempre nas atividades pessoal responsável, devidamente capacitado, que atue com autonomia e poder de decisão para atender às solicitações do CONTRATANTE e para ordenar e fiscalizar a correta e segura execução dos serviços e entrega de produtos.

**§8º** A contratada declara ter ciência do disposto na Lei nº 8.080/1990 e na Portaria nº 1.601/2011, que os serviços prestados pela Contratante serão totalmente gratuitos, atendendo a política de







universalização do acesso à saúde, sendo vedada a cobrança de qualquer valor aos usuários por parte da contratada;

§9º Fica terminantemente proibido a cobrança direta ou indireta ao paciente por quaisquer serviços médicos ou outros complementares referente à assistência médica prestada.

§10º É vedado o agenciamento, aliciamento ou desvio de qualquer natureza de paciente atendido pelo Sistema Único De Saúde nesta unidade, como forma de obter vantagens econômicas migrando o assistido à realização de procedimentos médicos em clínicas privadas.

§11ºÉ proibido a cobrança de honorários médicos ou receber remuneração de pacientes assistidos nesta unidade hospitalar.

§12º Em decorrência da presente contratação, sob qualquer hipótese ou em qualquer situação, não se presumirá a eventual existência, ou se estabelecerá a presunção de qualquer vínculo societário e ou empregatício, ou obrigações de caráter trabalhista e previdenciário entre as partes, por si, seus contratados, prepostos e ou empregados, e não serão fiadoras das obrigações e encargos trabalhistas e sociais uma da outra, cabendo a cada sociedade a exclusividade e responsabilidade por tais obrigações, inclusive nas esferas civil e penal;

§13º Cada parte responderá individualmente por quaisquer perdas e danos, materiais ou pessoais, oriundos de suas respectivas ações ou omissões, bem como dos profissionais a si vinculados, que venham a ser causados aos pacientes ou terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva e indelegável da parte culpada e causadora do prejuízo responder perante terceiros e à parte inocente, nas hipóteses capazes de configurar imperícia, imprudência ou negligência, obrigando-se, a parte culpada a ressarcir à outra parte inocente, se esta vier a ser acionada por ação ou omissão da culpada e causadora do dano.

§14º A eventual tolerância a infrações a qualquer das cláusulas deste instrumento ou o não exercício de qualquer direito nele previsto constituirá liberalidade, não implicando em novação ou transação de qualquer espécie.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

 a) Pelo Contratado, no curso da vigência inicial, comprometendo-se a conceder o aviso prévio de 30 (trinta) dias ao Contratante.







- **b)** Se qualquer das partes ceder ou transferir o presente instrumento a terceiros, sem a prévia anuência da outra parte, por escrito;
- c) Se qualquer das partes se tornar comprovadamente insolvente, requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência, ou tiver a sua falência requerida ou decretada;
- Deixar, qualquer das partes, de cumprir, ou mesmo cumprir irregularmente, cláusulas contratuais, prazos e especificações;
- e) Também será causa de rescisão motivada o inadimplemento contratual por descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesse contrato, por quaisquer das partes, que não seja sanado no prazo estabelecido em notificação encaminhada nesse sentido pela parte lesada, prazo esse não inferior a 10 (dez) nem superior a 30 (trinta) dias.
- f) Perda do direito de Gestão/prestação de serviço da unidade hospitalar pelo Contratante.
- g) Na superveniência de caso fortuito, de força maior ou fato impeditivo à consecução dos objetivos sociais das partes, em razão de decisão judicial ou por ordem dos poderes públicos competentes, que inviabilizem a continuidade de execução do presente contrato.
- h) Por exclusivo critério de conveniência e oportunidade da Contratante, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 dias, sem que haja aplicação de multa ou pagamento de indenização de qualquer natureza.

Parágrafo Único: Em qualquer das hipóteses de encerramento do presente contrato será obrigação comum às partes a realização da devida prestação de contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes, abrangendo os aspectos físicos e financeiros do relacionamento. Nesse sentido, será assegurado ao Contratado o direito ao recebimento da remuneração correspondente aos serviços efetivamente até aí prestados, não obstante o encerramento do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA – DO USO DE IMAGEM

Fica acordado entre as partes:

§1º A Contratante, sem qualquer ônus para as partes, a qualquer tempo e desde que não afete a moral ou os bons costumes, poderá utilizar o nome, a imagem e a voz do Contratado para fins exclusivos da divulgação da Instituição, bem como para informar quaisquer benefícios ou campanhas que estejam passíveis de divulgação interna, bem como iniciativas similares, podendo, para tanto, reproduzi-los ou divulgá-los junto à mídia escrita, televisionada, internet e todos os demais meios de comunicação, públicos ou privados, por um período de até 24 meses.







§2º A Contratante cientifica o Contratado de que possui, em seus ambientes (salas, corredores internos e externos, refeitórios etc.), monitoramento em tempo real das atividades dos funcionários e visitantes, preservando-lhes a intimidade e a privacidade. Tal monitoramento visa ao acompanhamento da rotina diária da empresa e ao auxílio na identificação de possíveis irregularidades.

§3º Caso não seja do interesse do Contratado em autorizar o uso da imagem e a voz para fins exclusivos da divulgação da instituição e suas atividades poderá manifestar expressamente em documento próprio a ser solicitado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FATORES AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Caberá ao contratado cumprir as seguintes normas:

§1º O Contratado, se aplicável ao objeto, deverá obedecer às determinações ambientais, decorrentes de Lei e aquelas emanadas por Autoridades Governamentais, em particular de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

§2º O Contratado envidará os melhores esforços para respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as Normas de Segurança do Trabalho e utilizem os Equipamentos de Proteção Individual ("EPI") e/ou de segurança tecnológica necessários à função desempenhada, conforme determinado por legislação específica se for necessário.

§3º O Contratado responsabilizar-se pelo cumprimento das Normas Regulamentares da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego ("MTE") e suas respectivas alterações, bem como das instruções emitidas pela Contratante, providenciando às suas custas seguro de acidente de trabalho para todos os seus empregados a serviço deste CONTRATO. A Contratante estará, portanto, isenta de qualquer responsabilidade em relação a acidentes ou doenças profissionais resultantes dos serviços contratados, salvo se, comprovadamente, por omissão ou ação, venha a dar causa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao Contratante, no curso da execução de serviço, a fiscalização com observância das disposições contratuais, de forma a promover aferição acerca do devido cumprimento dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Contratada.

I. O acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato serão realizados pelo Diretor Administrativo, ou em sua ausência, pelo Diretor Geral;







§1º A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato;

§2º O acompanhamento do serviço pela CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive por danos que possam ser causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ASSINATURA DIGITAL

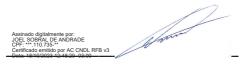
Caso o presente instrumento seja assinado digital ou eletronicamente, cada Parte declara e garante que sua assinatura digital ou eletrônica tem o mesmo efeito vinculativo que teria a assinatura manuscrita, possuindo caráter irrevogável e irretratável, desde que seja realizada por meio de plataforma de conhecida confiabilidade, possua integridade e autenticidade verificáveis e atenda ao disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 (ou em outra legislação que venha a substitui-la). "

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia/GO como o único competente para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente dos seus atuais ou futuros domicílios.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que se produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Goiânia/GO, 01 de agosto de 2023.



Dr. Joel Sobral de Andrade

Instituto de Gestão e Humanização – IGH

Contratante

Assinado eletronicamente por: Luisa Moura Gomes CPF: \*\*\*.941.665-\*\*

Data: 18/10/2023 12:21:02 -03:00

Assinado eletronicamente por: MARCO AURELIO ALBERNAZ CPF: \*\*\*.916.801-\*\* Parte Data: 17/10/2023 10:54:05 -03:00

a: 17/10/2023 10:54:05 -03:00

Sr. Marco Aurélio Albernaz

MAA Consultoria Médico Científica LTDA

Contratada











#### Anexo I - Edital e Termo de Referência





#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH, toma público para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Seletivo objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria Médica Científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa em proi do HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU, registrado no CNES sob o nº 2339196, com sede Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiánia - GO, 74125-120, atualmente sob gestão do Contratante em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, conforme especificações constantes dos Anexos deste Edital.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, seus anexos e eventuais retificações;
- 1.2. O prazo de validade deste Processo Seletivo é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado final no sitio do Instituto de Gestão e Humanização, no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao resultado de processos seletivos da unidade correspondente.
- 1.3. Ocorrendo vacância e necessidade de suprimento emergencial, no prazo de validade da seleção, poderão ser convocados os proponentes classificados, respeitando a ordem de classificação, inclusive consultando o aceite da proposta do primeiro colocado;

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- Poderão participar do presente Processo Seletivo tantos quantos interessados que atendam a todas as condições e exigências deste Edital;
- 2.2. N\u00e3o ser\u00e1 admitida a participa\u00e7\u00e3o de empresas, na qualidade de proponentes, que:
  - a) Estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaiquer que seja sua forma de constituição;
  - b) Estrangeiras que não funcionem no País;
  - c) Empresa suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar com o Estado de Goiás;
  - d) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:















#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

- e) Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) Empresa que esteja cumprindo pena de interdição temporária de direito devido à prática de atividades lesivas ao meio ambiente;
- g) Empresa que esteja proibida, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de participar de licitação junto à Administração Pública.
- h) Sociedades cooperativas de mão de obra e/ou sociedade em conta de participação (SCP);

## 3. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - SESSÃO PÚBLICA

- As etapas deste processo seletivo ocorrerão em dia único, com a apresentação do envelope de Habilitação e Proposta de Preço para os serviços;
- 3.2. Os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverão ser entregues à Comissão de Processo Seletivo, através de envio eletrônico, pelo e-mail processoseletivo@igh.org.br, ou presencialmente, na data e horário abaixo especificados.
- Eventual alteração no cronograma será devidamente publicada no site do IGH.
- O envio eletrônico, ou entrega pessoalmente, em data e horário divergente do abaixo citado ensejará o não conhecimento da proposta.

Prazo único para apresentação de propostas: 11 de julho de 2023;

Horário: das 16:00h às 16:30h

Local para entrega da proposta presencialmente: Sala da diretoria administrativa do Hospital Estadual da Mulher - HEMU, localizada na Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiánia - GO, 74125-120, Goiánia/Goiás.

#### 4. DA IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. O e-mail ou envelope deverá conter, além dos dados do proponente o endereçamento ao Instituto de Gestão e Humanização – IGH, da forma abaixo:

AO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH PROCESSO SELETIVO Nº 011/2023 – HEMU















#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

#### 5. DA HABILITAÇÃO

- A etapa de Habilitação compõe-se de 03 (três) subetapas: Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal;
- 5.2. Para fins de Habilitação Jurídica, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Cédula de identidade do representante legal da empresa;
  - b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
  - c) Cartão de CNPJ (Comprovante de inscrição e situação cadastral);
  - d) Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Falência emitida pelo Poder Judiciária com jurisdição da matriz do proponente.
- 5.3. Para fins de Qualificação Técnica, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa participante executou ou executa os serviços correlatos com o objeto deste edital e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantitativos com o objeto do presente processo seletivo;
- 5.4. Quanto à Regularidade Fiscal, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual de Goiás, e Municipal do domicilio ou sede do proponente;
  - c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
  - d) Prova de regularidade relativa junto à Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 5.5. Os documentos poderão ser apresentados em cópias sem autenticação, podendo a Comissão de Processo Seletivo solicitar, a qualquer tempo, documentos originais ou em cópias autenticadas;
- 5.6. A não apresentação da totalidade dos documentos exigidos no dia e hora acima citados, ou ainda a apresentação de documentos ou certidões vencidas, poderá ensejar a automática inabilitação do proponente.















#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

#### 6. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 6.1. A proposta deverá ser apresentada nos termos exigidos neste Edital, redigida com clareza, em língua portuguesa, com prazo não inferior a 90dias contados da data de apresentação, devendo ainda necessariamente:
  - a) Ser apresentada impressa e assinada, e se enviada por e-mail, em formato PDF:
  - b) Conter todos os itens técnicos de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), com seus respectivos preços globais, inclusive todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Processo Seletivo;
  - c) Conter as especificações técnicas dos serviços e eventuais equipamentos de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas da oferta:
- 6.2. A Proposta de Preço deverá conter ainda a identificação da empresa proponente, com a indicação do:
  - a) Nome empresarial;
  - b) CNPJ;
  - c) Endereço completo, inclusive CEP;
  - d) Telefone;
  - e) Endereço eletrônico.
  - f) Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus anexos;
  - g) Quaisquer outras informações afins, imprescindiveis para a correta análise da proposta;
- 6.3. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital.

## 7. DO JULGAMENTO E ANÁLISE

- 7.1. Serão classificadas as propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação constantes deste Processo Seletivo.
- 7.2. Serão desclassificadas as propostas de preços:
  - a) Que não atendam às exigências deste Processo;
  - b) Que não apresentem os documentos conforme solicitados no item 04 deste Edital;















#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

- c) Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, entendendo como inexequívei proposta com valor inferior à 30% da segunda menor proposta apresentada;
- 7.3. Será considerado "melhor preço" proposto àquele que resultar no menor valor GLOBAL para execução dos serviços ora selecionados, observadas, inclusive, a melhor técnica proposta;
- 7.4.O IGH se reserva ao direito de realizar, se necessário, eventual negociação para obtenção de condições mais vantajosas, junto às empresas classificadas, a qual será enviada ao e-mail constante da proposta apresentada;
- 7.5.A obtenção de propostas substitutivas mais vantajosas importará na obrigatoriedade de sua apresentação escrita e assinada pelo Proponente, não cabendo qualquer direito de reclamação às demais proponentes.

## 8. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

8.1. O IGH publicará somente em seu website institucional o resultado do processo seletivo no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.

## 9. DO PRAZO PARA RECURSO

9.1. Após a publicação de resultado, será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recurso escrito e encaminhado para o e-mail processoseletivo@igh.org.br, contendo a qualificação das partes e razões recursais, representação legal, sendo este julgado pela Comissão de Processo Seletivo, e publicada no website institucional no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.

## 10. DO CONTRATO

- 10.1. As obrigações decorrentes do presente processo seletivo serão formalizadas através da assinatura de contrato de prestação de serviços, do qual fará parte, independentemente de transcrição, do presente Edital, seus anexos e a proposta do proponente vencedor, no que couber;
- 10.2. Após a homologação do resultado final do processo seletivo, o proponente vencedor será convocado por escrito, para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual;















#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 11.1. É assegurado ao IGH o direito de revogar ou anular, no todo ou em parte, o presente processo seletivo, dando ciência aos proponentes, mediante publicação no website no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.
- É facultado ao IGH, em qualquer fase do presente processo seletivo, promover diligências com o fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- 11.3. Na hipótese de discordância entre o quanto exposto no edital, termo de referência e anexos, e as propostas apresentadas, valerá o quanto descrito no edital, termo de referência e anexos.
- 11.4. As decisões referentes a este processo seletivo deverão ser comunicadas aos proponentes mediante publicação no website no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo, ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, principalmente mediante o email informado na proposta;
- 11.5. O IGH poderá, a qualquer tempo que anteceda a celebração do instrumento contratual e a seu exclusivo critério, cancelar o processo seletivo, sem justificativa, e sem que caibam aos proponentes quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.
- 11.6. O prazo para eventual impugnação ou questionamentos sobre o presente edital será de 2 dias úteis, a fluir a partir da publicação do edital no site do IGH.
- 11.7. Será criada pasta específica para o presente processo seletivo no website do IGH (www.igh.org.br), onde todos os andamentos, decisões, resultados, recursos, e qualquer outro ato, serão publicados.
- 11.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos exclusivamente pelo Instituto de Gestão e Humanização – IGH.

Goiás, 29 de junho de 2023.

Comissão de Processo Seletivo

Instituto de Gestão e Humanização - IGH











Oficio nº 208/2023 DG-HEMU

## TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA MÉDICA CIENTÍFICA EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ASSESSORIA MÉDICO CIENTÍFICA NA SEÇÃO DE ENSINO E PESQUISA

## 1. OBJETIVO DOS SERVIÇOS

O presente documento estabelece as condições técnicas mínimas a serem respeitadas pela CONTRATADA para a prestação de serviços na área de consultoria médica científica em pesquisa, desenvolvimento e assessoria médico científica na seção de ensino e pesquisa no Hospital Estadual da Mulher - HEMU, gerido pelo Instituto de Gestão e Humanização – IGH, conforme Contrato de Gestão nº 131/2012 – SES/GO.

#### 2. DEFINIÇÕES

É compreendido como serviços na área de consultoria médica científica em pesquisa, desenvolvimento e assessoria médico científica na seção de ensino e pesquisa, prestados por um coordenador médico especialista integrante do corpo docente da instituição de saúde, com experiência na supervisão de médicos residentes e domínio da legislação sobre residência médica, conforme condição abaixo designado:

## 2.1. O trabalho do médico obstetra abrangerá as seguintes funções:

- a. Adotar as medidas proativas cabíveis, visando o melhor nivel de assistência e menor tempo de espera, considerando-se as variáveis técnicas;
- b. Orientar e supervisionar o médico residente em todas as atividades, avalia-lo de forma continuada e estimular sen desenvolvimento técnico-profissional e ético;
- Deverá ser médico especialista integrante do corpo docente da instituição de saúde, com experiência na supervisão de médicos residentes e dominio da

Fone: 0800-643-3700 | Email; cuvidoria@saude go gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Goldma - Golds - CCP: 74 125-120











legislação sobre residência médica. Será eleito pelo conjunto de supervisores de programas de residência médica da instituição de saúde.

- Apoiar o Corpo Diretivo da Unidade de acordo com as rotinas estabelecidas pela CONTRATANTE e Normas Legais previstas;
- Todos os assuntos relacionados a RM deverão, em primeira instância, ser discutidos e aprovados pela COREME da instituição;
- c. Coordenar as atividades em relação ao COREME, convocar reuniões e presidi-las, encaminhar à instituição de saúde as decisões da COREME.
- d. Coordenar o processo seletivo dos programas de residência médica do HEMU:
- e. Apoiar a Gerência, Coordenações de Enfermagem, o Coordenador Médico da Obstetricia e Ginecologia e a Diretoria Técnica na gestão de leitos da unidade;
- f. Colaborar com as Coordenações Médicas e Multidisciplinares, com a Gerência de Enfermagem, e com a Diretoria Técnica do hospital, objetivando a eficiência assistencial, operacional e administrativa dos serviços hospitalares.
- g. Preencher, adequadamente, o prontuário dos pacientes para efeito de registro técnico legal, estatística e pesquisa científica;
- Representar o programa de residência médica do HEMU nas reuniões da COREME;
- Cumprir todas as normas emanadas da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar-CCIH do CONTRATANTE;

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvidoria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golana - Golas - CCP: 74 125-120











- j. Proporcionar ao SAME, através do adequado registro de atividades, condições de coletar dados para fins estatisticos;
- k. Zelar pelo fiel cumprimento do Programa de Residência Medica –PRM, suas normas técnicas, administrativas, disciplinares, organizando escala de atividades e férias do Médico Residente e Preceptores, compatibilizando as diversas atividades do Programa de Residência Médica – PRM e aplicando eventuais medidas disciplinares;
- Preencher adequadamente todos os campos e documentos do prontuário eletrônico registrando adequadamente todos os procedimentos por ele realizado. Possuir o cadastro no sistema MV atualizado e certificação digital.
- m. Colaborar com o Núcleo de Segurança do Paciente e Comissões Hospitalares constituídas para o bom andamento de suas atividades;
- n. Colaborar ativamente na humanização do atendimento hospitalar;
- Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação dos equipamentos e materiais utilizados;
- p. Cumprir as condutas previstas em protocolos Institucionais, salvo situações tecnicamente incontestáveis que deverão ser registradas em Prontuário do paciente e encaminhadas à Diretoria Técnica do Contratante;
- q. Promover pesquisa cientifica em seu campo de atuação;
- Primar pelo resperto ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas no hospital;

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120











- Promover educação permanente, em consonância com as Coordenações, com as equipes médicas;
- Participar de reuniões e outras atividades quando convocadas pelas Diretorias do CONTRATANTE;
- Cumprir fielmente as Normas Institucionais do CONTRATANTE, bem como as normas legais;
- v. Colaborar com a programação e execução das atividades teóricas do Programa de Residência Médica – PRM. Avaliar trimestralmente os programas de residência médica da instituição, acompanhamento da avaliação trimestral dos médicos residentes e solicitar o credenciamento dos programas no mesmo ano em que vence a validade do credenciamento.
- w. Promover a revisão e evolução continua do programa de residência médica representado, de acordo com a legislação, as políticas de saúde, a ética médica, as evidências científicas e as necessidades sociais. Avaliando com regularidade e continuidade os Médicos Residentes, apresentando relatórios trimestrais à COREME. Avaliar anualmente os preceptores e as diversas atividades do Programa de Residência Médica – PRM, apresentando conclusões ao COREME;
- x. Apoiar as Diretorias na execução é cumprimento de metas e outras obrigações contratuais do CONTRATANTE junto à Secretaria Estadual de Saúde-SES.

#### 3. NORMAS APLICAVEIS

Este documento visa definir os principios básicos e normas técnicas que nortearão a execução dos serviços médicos em obstetricia.

Os serviços deverão obedecer às normas e procedimentos enumerados a seguir e suas atualizações:

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120













- a. Diretrizes para a implantação de complexos reguladores- NIR
- b. Portaria SAS N.º 39 de 06 de fevereiro de 2006-NIR
- d. Portaria SAS N. º 589 de 27 de dezembro de 2001- NIR.
- e. NOB-SUS N. 93 Brasilia, 1993 NIR
- r. NOB-SUS N. º 96 Brasilia, 1996 NIR
- g. Política Nacional de atenção às urgências 2. ed. Brasilia 2004 Pronto Atendimento, Observações, UTI, Enfermarias, Centro Cirúrgicos
- NR-5 Comissão Interna de prevenção de acidentes;
- NR-6 Equipamento de proteção individual;
- NR-7 Programa de Controle Médico de Saude Ocupacional;
- k. NR-9 PPRA Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais;
- PORTARIA MTE N. ° 3.214/78 Qualidade do ambiente para o trabalhador: Normas Regulamentadoras;
- m. NR-24 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- NR-32 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- NR-33 Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado;
- RDC-50 Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- q. RDC-07 Requisitos sobre UTI
- r. Portaria 895 Requisitos de UTI
- s. Portaria 1366 de Rede de Urgência e Emergência;
- CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA CFM
- SÉRIE PACTOS DA SAÚDE vol. 6 NIR
- RESOLUÇÃO CFM Nº 2.156/2016 Estabelece os critérios de admissão e alta em unidade de terapia intensiva.
- w. PORTARIA Nº 529. DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
- Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (2016-2020)
- y. LEI N. º 15.802 NT. N. º 17/2014/CBMGO Brigada de incêndio

Fone: 9898-641-3799 | Email: ouvidoria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/nº, Setor Coimbra - Goldnia - Golds - CCP: 74-125-129











## 5. REQUISITOS TÉCNICOS DE APLICAÇÃO GERAL

#### 5.1. OBJETIVO

5.1.1. Estas especificações são de caráter geral e farão parte integrante do Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição.

## 5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Liberação dos acessos necessários na unidade para a movimentação dos médicos da CONTRATADA.
- Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.
- 5.2.3. Efetuar os pagamentos regularmente aos profissionais de forma que não impacte na prestação do serviço na unidade conforme condições estabelecidas.
- 5.2.4. Manter preposto, formalmente designado pela Administração, para fiscalizar o Contrato. A Fiscalização do CONTRATANTE não exime a contratada das responsabilidades elencadas no item 5.3.

## 5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.3.1. É obrigação da CONTRATADA fornecer a mão de obra médica necessária, todos os dias durante o mês para operacionalização dos setores, conforme previsto no item "2" acima, assegurando e mantendo a segurança do paciente e os itens do contrato, sendo isso de responsabilidade da CONTRATADA:
  - a Todos os médicos da empresa obrigatoriamente deverão preencher corretamente a escala de Robson para 100% dos pacientes atendidos. Check-List do Nascimento Seguro, POPs da assistência. Além de preencher toda a folha de mudança de paciente quando necessário;

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120











- b. Garantir tremamento periódico para toda a sua equipe médica, apresentando cronograma <u>semestral</u> à CONTRATANTE, para garantir a prestação de serviços adequada;
- Fornecer, às suas expensas, materiais e equipamentos de proteção individual aos funcionários dentro da sua supervisão, com exceção dos ligados diretamente à assistência (luvas de procedimentos, etc.);
- d. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais cooperados possuam Certificação Digital A3 para acesso e registro de todos os procedimentos no Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP, ficando a CONTRATADA responsável pelos custos que envolvem a confecção e renovação dos cartões de assinatura digital. A CONTRATADA deverá garantir a assinatura de todos os documentos e registros no Prontuário Eletrônico do Paciente, na data de realização deste, e ainda regularizar quaisquer pendências de assinatura quando da finalização e/ou rompimento do credenciamento.
- e. A CONTRATADA deverá garantir que os cooperados compareçam à umidade, portanto crachá de identificação;
- f. Os médicos da CONTRATADA deverão estar devidamente registrados e regulares com o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás – CREMEGO.
- g. Empregar mão de obra qualificada, habilitada e compatível com o grau de especialização do serviço, conforme Regimento Interno da CONTRATANTE;
- Manter quantitativo de postos suficientes para atendimento dos serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA, sem interrupção, seja por

Fone: 0800-643-3700 | Email: ouvidoria@saude.go.gov.br Rua 9:7 s/n°, Setor Coimbra - Goldma - Golds - CCP: 74 125-120











motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IGH;

- Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovautes de pagamentos aos empregados e dos recolhimentos dos encargos sociais/trabalhistas;
- j. Apresentar e homologar com o CONTRATANTE a relação nominal e documental dos Médicos em atividade nas dependências do CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, e documentos pertinentes, comunicando qualquer alteração para atualização do CNES e demais órgãos;
- k. Ser responsável pelo gerenciamento dos serviços para tratar com a FISCALIZAÇÃO sobre assuntos relacionados á execução dos serviços;
- Substituir, sempre que solicitado/exigido pelo CONTRAIANTE e independentemente de apresentação da justificativa por parte desta, qualquer médico cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou à prestação dos serviços de acordo com o padrão do estabelecimento.
- m Receber, acompanhar e prestar as informações solicitadas por órgãos fiscalizadores no desempenho de suas atribuições, devendo amda submeter as notificações a Diretora Geral e Técnica da Unidade;
- n. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e/ou fornecimentos contratados;

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120















- Responsabilizar-se legalmente no tocante a eventuais infrações na esfera civil, penal, trabalhista, tributária e ética profissional;
- p. Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar ao IGH, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos.
- q. Responder pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou reparalo, desde que provenham de má execução dos serviços.
- r. Responder por quaisquer danos causados por máquinas, equipamentos ou pessoal sob sua responsabilidade, ou a ela prestando serviços, do CONTRATANTE ou de terceiros, constatado o dano, deverá o mesmo ser prontamente reparado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, de forma a propiciar as condições originais;
- s. Assegurar o cumprimento de todas as solicitações da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), comissões de prontuário e de documentação, comissão e comitê de óbito e por toda a equipe médica;
- t. Manter atualizado e disponibilizar junto ao SESMT, referente a cada médico que prestar serviço ao CONTRATANTE, o Controle de Vacinação (Cartão vacinal contendo as vacinas: Hepatite B - 3 doses, DT - 3 doses, reforço com 10 anos, Febre Amarela - 1 dose, Influenza - ano da última campanha, COVID-19 - 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> doses ou dose única e demais doses de reforços). ASO (atualizado) e Ficha de Treinamento Inicial em

Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120











Segurança do Trabalho, e referente à CONTRATADA, PPRA è PCMSO atualizados.

## 5.4. FISCALIZAÇÃO

- 5.4.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE especialmente designado para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.
- As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão no Cronograma de Trabalho Anual, eventuais demandas e Normas vigentes.
- 5.4.3. A equipe da residência médica deverá desenvolver-se em regime de estreito entendimento entre a equipe de trabalho e a FISCALIZAÇÃO, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato, ficando como sua obrigação e responsabilidade.
  - a) Fornecer à CONTRATADA todos os elementos indispensáveis à execução dos serviços;
  - b) esclarecer prontamente as diividas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA;
  - c) expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;
  - e) solicitar a imediata retirada do serviço de qualquer integrante da equipe da CONTRATADA que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências da FISCALIZAÇÃO, independente de exposição de motivos;
  - g) relatar, oportunamente ao CONTRAIANTE ocorrências ou circumstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou inconveniências a ferceiros;

5.4.4. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na

Fone: 0800-643-3700 | Email: osvidoria@saude go gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Colmbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120











unidade não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.

#### 5.5. SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO:

5.5.1. Fica estabelecido que é de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
  - ✓ Carteira de vacinação atualizada, incluindo vacina COVID-19, conforme item 5.3.1 subitens;
  - ✓ Evidências de educação continuada;
  - ✓ Sapato de segurança com CA (certificado de aprovação).
- b) Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.

5.5.2. A CONTRATADA é obrigada a fiscalizar os residentes médicos quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido e em perfeito estado de conservação e finicionamento.

A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral,

## 5.6. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.6.1. Os serviços coordenação, dadas suas características operacionais típicas de alta complexidade, deverão ser executadas nos dias da semana, conforme descrito no item dois deste documento.

> Fone: 0800-643-3700 | Email: cuvideria@saude.go.gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Golden - Golds - CCP: 74 125-120











#### 5.7. IMPEDIMENTOS

 Não poderá se habilitar empresas médicas com histórico que desabone a prestação de seus serviços em contrato anterior ou em vigor com o CONTRATANTE, vedando-as.

#### 6. INDICADORES DE DESEMPENHO

6.1. Os serviços serão avaliados por indicadores a serem definidos pelo CONTRATANTE e comunicados expressa e previamente à CONTRATADA.

## 7. RELATÓRIO DE EVIDÊNCIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 7.1. Apresentar juntamente com a emissão da Nota Fiscal as evidencias dos serviços prestados;
- 7.2. A Contratada deve gerir o controle de escalas, passagens de plantões, confirmações de presença e troca de escala dos residentes médicos.

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Responsável técnico registrado no CREMEGO;
- Empresa devidamente registrada no CREMEGO;
- Atestado de capacidade técnica.

## 8. VALOR DE REFERÊNCIA

8.1. Valor mensal de teto máximo para a prestação de serviços é de RS 9.036,75 (nove mil e trezentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) mensal.

\*\* Obs. Sendo os valores brutos inclusos os impostos da prestação de serviços;

Fone: 0800-643-3700 | Email; cuvidoria@saude go gov.br Rua 9-7 s/n°, Setor Coimbra - Goldma - Golds - CCP: 74 125-120







#### Anexo II - Proposta de preço

## PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### DE: MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA

ENDEREÇO: RUA 1124, № 469 (Qd.217 Lts.12/13), SALA 02 - SETOR MARISTA, GOIANIA - GO

CEP: 74.175-080. Fone: 62 99971-1453, 62 3518-1551

CNPJ: 04.901.544/0001-85

## PARA: INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH

ENDEREÇO: Av. Antonio Carlos Magalhães, 3244, Sala 1323, Edifício Thomé de Souza Pituba,

Salvador – BA – CEP: 41800-700 CNPJ: 11.858.570/0001-14

#### OBJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ASSESSORIA MÉDICO CIENTÍFICA NA SEÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER, DE ACORDO COM EDITAL 011/2023

#### LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Hospital Estadual da Mulher de Goiânia, Rua R-7 com Av. Perimetral, S/N, Setor Oeste, Goiânia – Goiás, CEP: 74.530-020.

## VALOR DO CONTRATO:

FIXO MENSAL, R\$ 9.036,75 (nove mil, trinta e seis reais e setenta e cinco centavos)

#### **FORMA DE PAGAMENTO:**

Dia 20 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Goiânia, 11 de julho de 2023.

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ ADMINISTRADOR DA EMPRESA





# MANIFESTO DE **ASSINATURAS**



Código de validação: LRGQT-NQR4Y-DEHRY-WBLJ8

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MARCO AURELIO ALBERNAZ - Parte (CPF \*\*\*.916.801-\*\*) em 17/10/2023 10:54 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
177.174.209.29	Não disponível
Autenticação m	nar********@gmail.com
Email verificado	
4tzWFQggitn8jNKcK2QD0u9NUTWIVLktWYKTEef/WLE= SHA-256	

(Assinatura pendente) Luisa Moura Gomes (CPF \*\*\*.941.665-\*\*)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portal.wesign.com.br/validate/LRGQT-NQR4Y-DEHRY-WBLJ8

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portal.wesign.com.br/validate





#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Seletivo objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria Médica Científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa em prol do HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU, registrado no CNES sob o nº 2339196, com sede Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiânia - GO, 74125-120, atualmente sob gestão do Contratante em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, conforme especificações constantes dos Anexos deste Edital.

# 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **1.1.** O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, seus anexos e eventuais retificações;
- 1.2. O prazo de validade deste Processo Seletivo é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado final no sítio do Instituto de Gestão e Humanização, no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao resultado de processos seletivos da unidade correspondente.
- 1.3. Ocorrendo vacância e necessidade de suprimento emergencial, no prazo de validade da seleção, poderão ser convocados os proponentes classificados, respeitando a ordem de classificação, inclusive consultando o aceite da proposta do primeiro colocado;

# 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar do presente Processo Seletivo tantos quantos interessados que atendam a todas as condições e exigências deste Edital;
- 2.2. Não será admitida a participação de empresas, na qualidade de proponentes, que:
  - a) Estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - b) Estrangeiras que não funcionem no País;
  - c) Empresa suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar com o Estado de Goiás;
  - d) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:





- e) Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) Empresa que esteja cumprindo pena de interdição temporária de direito devido à prática de atividades lesivas ao meio ambiente;
- g) Empresa que esteja proibida, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de participar de licitação junto à Administração Pública.
- h) Sociedades cooperativas de mão de obra e/ou sociedade em conta de participação (SCP);

### 3. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - SESSÃO PÚBLICA

- **3.1.** As etapas deste processo seletivo ocorrerão em dia único, com a apresentação do envelope de Habilitação e Proposta de Preço para os serviços;
  - **3.2.** Os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverão ser entregues à Comissão de Processo Seletivo, através de envio eletrônico, pelo e-mail <u>processoseletivo@igh.org.br</u>, ou presencialmente, na data e horário abaixo especificados.
  - 3.3. Eventual alteração no cronograma será devidamente publicada no site do
  - **3.4.** O envio eletrônico, ou entrega pessoalmente, em data e horário divergente do abaixo citado ensejará o não conhecimento da proposta.

Prazo único para apresentação de propostas: 11 de julho de 2023;

Horário: das 16:00h às 16:30h

Local para entrega da proposta presencialmente: Sala da diretoria administrativa do Hospital Estadual da Mulher - HEMU, localizada na Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiânia - GO, 74125-120, Goiânia/Goiás.

### 4. DA IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. O e-mail ou envelope deverá conter, além dos dados do proponente o endereçamento ao Instituto de Gestão e Humanização – IGH, da forma abaixo:

AO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH PROCESSO SELETIVO № 011/2023 – HEMU





### 5. DA HABILITAÇÃO

- **5.1.** A etapa de Habilitação compõe-se de 03 (três) subetapas: Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal;
- 5.2. Para fins de Habilitação Jurídica, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Cédula de identidade do representante legal da empresa;
  - b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
  - c) Cartão de CNPJ (Comprovante de inscrição e situação cadastral);
  - d) Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Falência emitida pelo Poder Judiciária com jurisdição da matriz do proponente.
- 5.3. Para fins de Qualificação Técnica, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa participante executou ou executa os serviços correlatos com o objeto deste edital e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantitativos com o objeto do presente processo seletivo;
- 5.4. Quanto à Regularidade Fiscal, será exigida a seguinte documentação:
  - a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual de Goiás, e Municipal do domicílio ou sede do proponente;
  - c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
  - d) Prova de regularidade relativa junto à Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- 5.5. Os documentos poderão ser apresentados em cópias sem autenticação, podendo a Comissão de Processo Seletivo solicitar, a qualquer tempo, documentos originais ou em cópias autenticadas;
- 5.6. A não apresentação da totalidade dos documentos exigidos no dia e hora acima citados, ou ainda a apresentação de documentos ou certidões vencidas, poderá ensejar a automática inabilitação do proponente.





### 6. DA PROPOSTA DE PREÇO

- **6.1.** A proposta deverá ser apresentada nos termos exigidos neste Edital, redigida com clareza, em língua portuguesa, com prazo não inferior a 90 dias contados da data de apresentação, devendo ainda necessariamente:
  - a) Ser apresentada impressa e assinada, e se enviada por e-mail, em formato PDF;
  - b) Conter todos os itens técnicos de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), com seus respectivos preços globais, inclusive todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Processo Seletivo;
  - c) Conter as especificações técnicas dos serviços e eventuais equipamentos de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas da oferta;
- **6.2.** A Proposta de Preço deverá conter ainda a identificação da empresa proponente, com a indicação do:
  - a) Nome empresarial;
  - b) CNPJ;
  - c) Endereço completo, inclusive CEP;
  - d) Telefone;
  - e) Endereço eletrônico.
  - f) Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus anexos;
  - g) Quaisquer outras informações afins, imprescindíveis para a correta análise da proposta;
- **6.3.** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital.

### 7. DO JULGAMENTO E ANÁLISE

- **7.1.** Serão classificadas as propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação constantes deste Processo Seletivo.
- 7.2. Serão desclassificadas as propostas de preços:
  - a) Que não atendam às exigências deste Processo;
  - b) Que não apresentem os documentos conforme solicitados no item 04 deste Edital;





- c) Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, entendendo como inexequível proposta com valor inferior à 30% da segunda menor proposta apresentada;
- **7.3.** Será considerado "melhor preço" proposto àquele que resultar no menor valor GLOBAL para execução dos serviços ora selecionados, observadas, inclusive, a melhor técnica proposta;
- **7.4.**O IGH se reserva ao direito de realizar, se necessário, eventual negociação para obtenção de condições mais vantajosas, junto às empresas classificadas, a qual será enviada ao e-mail constante da proposta apresentada;
- **7.5.**A obtenção de propostas substitutivas mais vantajosas importará na obrigatoriedade de sua apresentação escrita e assinada pelo Proponente, não cabendo qualquer direito de reclamação às demais proponentes.

### 8. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

8.1. O IGH publicará somente em seu website institucional o resultado do processo seletivo no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.

### 9. DO PRAZO PARA RECURSO

9.1. Após a publicação de resultado, será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recurso escrito e encaminhado para o e-mail processoseletivo@igh.org.br, contendo a qualificação das partes e razões recursais, representação legal, sendo este julgado pela Comissão de Processo Seletivo, e publicada no website institucional no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.

### 10. DO CONTRATO

- **10.1.** As obrigações decorrentes do presente processo seletivo serão formalizadas através da assinatura de contrato de prestação de serviços, do qual fará parte, independentemente de transcrição, do presente Edital, seus anexos e a proposta do proponente vencedor, no que couber;
- 10.2. Após a homologação do resultado final do processo seletivo, o proponente vencedor será convocado por escrito, para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual;





### 11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 11.1. É assegurado ao IGH o direito de revogar ou anular, no todo ou em parte, o presente processo seletivo, dando ciência aos proponentes, mediante publicação no website no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo.
- **11.2.** É facultado ao IGH, em qualquer fase do presente processo seletivo, promover diligências com o fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- 11.3. Na hipótese de discordância entre o quanto exposto no edital, termo de referência e anexos, e as propostas apresentadas, valerá o quanto descrito no edital, termo de referência e anexos.
- 11.4. As decisões referentes a este processo seletivo deverão ser comunicadas aos proponentes mediante publicação no website no link de Processos Seletivos, na aba correspondente ao presente processo seletivo, ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, principalmente mediante o email informado na proposta;
  - 11.5. O IGH poderá, a qualquer tempo que anteceda a celebração do instrumento contratual e a seu exclusivo critério, cancelar o processo seletivo, sem justificativa, e sem que caibam aos proponentes quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.
  - **11.6.** O prazo para eventual impugnação ou questionamentos sobre o presente edital será de 2 dias úteis, a fluir a partir da publicação do edital no site do IGH.
  - **11.7.** Será criada pasta específica para o presente processo seletivo no website do IGH (www.igh.org.br), onde todos os andamentos, decisões, resultados, recursos, e qualquer outro ato, serão publicados.
  - 11.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos exclusivamente pelo Instituto de Gestão e Humanização IGH.

Goiás, 29 de junho de 2023.

Comissão de Processo Seletivo

Instituto de Gestão e Humanização – IGH





Ofício nº 208/2023 DG-HEMU

# TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA MÉDICA CIENTÍFICA EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ASSESSORIA MÉDICO CIENTIFICA NA SEÇÃO DE ENSINO E PESQUISA

### 1. OBJETIVO DOS SERVIÇOS

O presente documento estabelece as condições técnicas mínimas a serem respeitadas pela CONTRATADA para a prestação de serviços na área de consultoria médica cientifica em pesquisa, desenvolvimento e assessoria médico cientifica na seção de ensino e pesquisa no Hospital Estadual da Mulher - HEMU, gerido pelo Instituto de Gestão e Humanização – IGH, conforme Contrato de Gestão nº 131/2012 – SES/GO.

### 2. DEFINIÇÕES

É compreendido como serviços na área de consultoria médica cientifica em pesquisa, desenvolvimento e assessoria médico científica na seção de ensino e pesquisa, prestados por um coordenador médico especialista integrante do corpo docente da instituição de saúde, com experiência na supervisão de médicos residentes e domínio da legislação sobre residência médica, conforme condição abaixo designado:

### 2.1. O trabalho do médico obstetra abrangerá as seguintes funções:

- a. Adotar as medidas proativas cabíveis, visando o melhor nível de assistência e menor tempo de espera, considerando-se as variáveis técnicas;
- b. Orientar e supervisionar o médico residente em todas as atividades, avaliá-lo de forma continuada e estimular seu desenvolvimento técnico-profissional e ético;
- c. Deverá ser médico especialista integrante do corpo docente da instituição de saúde, com experiência na supervisão de médicos residentes e domínio da



legislação sobre residência médica. Será eleito pelo conjunto de supervisores de programas de residência médica da instituição de saúde.

- a. Apoiar o Corpo Diretivo da Unidade de acordo com as rotinas estabelecidas pela CONTRATANTE e Normas Legais previstas;
- Todos os assuntos relacionados a RM deverão, em primeira instância, ser discutidos e aprovados pela COREME da instituição;
- Coordenar as atividades em relação ao COREME, convocar reuniões e presidi-las, encaminhar à instituição de saúde as decisões da COREME;
- d. Coordenar o processo seletivo dos programas de residência médica do HEMU;
- e. Apoiar a Gerência, Coordenações de Enfermagem, o Coordenador Médico da Obstetrícia e Ginecologia e a Diretoria Técnica na gestão de leitos da unidade;
- f. Colaborar com as Coordenações Médicas e Multidisciplinares, com a Gerência de Enfermagem, e com a Diretoria Técnica do hospital, objetivando a eficiência assistencial, operacional e administrativa dos serviços hospitalares;
- g. Preencher, adequadamente, o prontuário dos pacientes para efeito de registro técnico legal, estatística e pesquisa científica;
- Representar o programa de residência médica do HEMU nas reuniões da COREME;
- i. Cumprir todas as normas emanadas da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar-CCIH do CONTRATANTE;



- j. Proporcionar ao SAME, através do adequado registro de atividades, condições de coletar dados para fins estatísticos;
- k. Zelar pelo fiel cumprimento do Programa de Residência Médica –PRM, suas normas técnicas, administrativas, disciplinares, organizando escala de atividades e férias do Médico Residente e Preceptores, compatibilizando as diversas atividades do Programa de Residência Médica – PRM e aplicando eventuais medidas disciplinares;
- Preencher adequadamente todos os campos e documentos do prontuário eletrônico registrando adequadamente todos os procedimentos por ele realizado. Possuir o cadastro no sistema MV atualizado e certificação digital.
- m. Colaborar com o Núcleo de Segurança do Paciente e Comissões Hospitalares constituídas para o bom andamento de suas atividades;
- n. Colaborar ativamente na humanização do atendimento hospitalar;
- Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação dos equipamentos e materiais utilizados;
- p. Cumprir as condutas previstas em protocolos Institucionais, salvo situações tecnicamente incontestáveis que deverão ser registradas em Prontuário do paciente e encaminhadas à Diretoria Técnica do Contratante;
- q. Promover pesquisa cientifica em seu campo de atuação;
- r. Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas no hospital;



- s. Promover educação permanente, em consonância com as Coordenações, com as equipes médicas;
- t. Participar de reuniões e outras atividades quando convocadas pelas Diretorias do CONTRATANTE;
- u. Cumprir fielmente as Normas Institucionais do CONTRATANTE, bem como as normas legais;
- v. Colaborar com a programação e execução das atividades teóricas do Programa de Residência Médica – PRM. Avaliar trimestralmente os programas de residência médica da instituição, acompanhamento da avaliação trimestral dos médicos residentes e solicitar o credenciamento dos programas no mesmo ano em que vence a validade do credenciamento.
- w. Promover a revisão e evolução contínua do programa de residência médica representado, de acordo com a legislação, as políticas de saúde, a ética médica, as evidências científicas e as necessidades sociais. Avaliando com regularidade e continuidade os Médicos Residentes, apresentando relatórios trimestrais à COREME. Avaliar anualmente os preceptores e as diversas atividades do Programa de Residência Médica PRM, apresentando conclusões ao COREME;
- x. Apoiar as Diretorias na execução e cumprimento de metas e outras obrigações contratuais do CONTRATANTE junto à Secretaria Estadual de Saúde–SES.

### 3. NORMAS APLICÁVEIS

Este documento visa definir os princípios básicos e normas técnicas que nortearão a execução dos serviços médicos em obstetrícia.

Os serviços deverão obedecer às normas e procedimentos enumerados a seguir e suas atualizações:

# HEMU HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER



- a. Diretrizes para a implantação de complexos reguladores—NIR
- b. Portaria SAS N. º 39 de 06 de fevereiro de 2006-NIR
- c. Portaria SAS N. ° 505 de 08 de agosto de 2002- NIR
- d. Portaria SAS N. ° 589 de 27 de dezembro de 2001-NIR
- e. NOB-SUS N. º 93 Brasília, 1993 NIR
- f. NOB-SUS N. º 96 Brasília, 1996 NIR
- g. Política Nacional de atenção às urgências 2. ed. Brasília 2004 Pronto Atendimento, Observações, UTI, Enfermarias, Centro Cirúrgicos
- h. NR-5 Comissão Interna de prevenção de acidentes;
- i. NR-6 Equipamento de proteção individual;
- j. NR-7 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- k. NR-9 PPRA Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais;
- PORTARIA MTE N. ° 3.214/78 Qualidade do ambiente para o trabalhador: Normas Regulamentadoras;
- m. NR-24 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- n. NR-32 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- o. NR-33 Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado;
- p. RDC-50 Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- q. RDC-07 Requisitos sobre UTI
- r. Portaria 895 Requisitos de UTI
- s. Portaria 1366 de Rede de Urgência e Emergência;
- t. CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA CFM
- u. SÉRIE PACTOS DA SAÚDE vol. 6 NIR
- v. RESOLUÇÃO CFM Nº 2.156/2016 Estabelece os critérios de admissão e alta em unidade de terapia intensiva.
- w. PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
- x. Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (2016-2020)
- y. LEI N. º 15.802 NT. N. º 17/2014/CBMGO Brigada de incêndio



### 5. REQUISITOS TÉCNICOS DE APLICAÇÃO GERAL

### 5.1. OBJETIVO

5.1.1. Estas especificações são de caráter geral e farão parte integrante do Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição.

### 5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.2.1. Liberação dos acessos necessários na unidade para a movimentação dos médicos da CONTRATADA.
- 5.2.2. Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.
- 5.2.3. Efetuar os pagamentos regularmente aos profissionais de forma que não impacte na prestação do serviço na unidade conforme condições estabelecidas.
- 5.2.4. Manter preposto, formalmente designado pela Administração, para fiscalizar o Contrato. A Fiscalização do CONTRATANTE não exime a contratada das responsabilidades elencadas no item 5.3.

### 5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.3.1. É obrigação da CONTRATADA fornecer a mão de obra médica necessária, todos os dias durante o mês para operacionalização dos setores, conforme previsto no item "2" acima, assegurando e mantendo a segurança do paciente e os itens do contrato, sendo isso de responsabilidade da CONTRATADA:
  - a. Todos os médicos da empresa obrigatoriamente deverão preencher corretamente a escala de Robson para 100% dos pacientes atendidos, Check-List do Nascimento Seguro, POPs da assistência. Além de preencher toda a folha de mudança de paciente quando necessário;



- b. Garantir treinamento periódico para toda a sua equipe médica, apresentando cronograma <u>semestral</u> à CONTRATANTE, para garantir a prestação de serviços adequada;
- c. Fornecer, às suas expensas, materiais e equipamentos de proteção individual aos funcionários dentro da sua supervisão, com exceção dos ligados diretamente à assistência (luvas de procedimentos, etc.);
- d. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais cooperados possuam Certificação Digital A3 para acesso e registro de todos os procedimentos no Prontuário Eletrônico do Paciente PEP, ficando a CONTRATADA responsável pelos custos que envolvem a confecção e renovação dos cartões de assinatura digital. A CONTRATADA deverá garantir a assinatura de todos os documentos e registros no Prontuário Eletrônico do Paciente, na data de realização deste, e ainda regularizar quaisquer pendências de assinatura quando da finalização e/ou rompimento do credenciamento;
- e. A CONTRATADA deverá garantir que os cooperados compareçam à unidade, portanto crachá de identificação;
- f. Os médicos da CONTRATADA deverão estar devidamente registrados e regulares com o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás – CREMEGO.
  - g. Empregar mão de obra qualificada, habilitada e compatível com o grau de especialização do serviço, conforme Regimento Interno da CONTRATANTE;
- h. Manter quantitativo de postos suficientes para atendimento dos serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA, sem interrupção, seja por



motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IGH;

- i. Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovantes de pagamentos aos empregados e dos recolhimentos dos encargos sociais/trabalhistas;
- j. Apresentar e homologar com o CONTRATANTE a relação nominal e documental dos Médicos em atividade nas dependências do CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, e documentos pertinentes, comunicando qualquer alteração para atualização do CNES e demais órgãos;
- k. Ser responsável pelo gerenciamento dos serviços para tratar com a FISCALIZAÇÃO sobre assuntos relacionados à execução dos serviços;
- Substituir, sempre que solicitado/exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de apresentação da justificativa por parte desta, qualquer médico cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou à prestação dos serviços de acordo com o padrão do estabelecimento;
- m. Receber, acompanhar e prestar as informações solicitadas por órgãos fiscalizadores no desempenho de suas atribuições, devendo ainda submeter as notificações a Diretora Geral e Técnica da Unidade;
- n. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e/ou fornecimentos contratados;





- Responsabilizar-se legalmente no tocante a eventuais infrações na esfera civil, penal, trabalhista, tributária e ética profissional;
- p. Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar ao IGH, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos;
- q. Responder pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou reparálo, desde que provenham de má execução dos serviços;
- r. Responder por quaisquer danos causados por máquinas, equipamentos ou pessoal sob sua responsabilidade, ou a ela prestando serviços, do CONTRATANTE ou de terceiros; constatado o dano, deverá o mesmo ser prontamente reparado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, de forma a propiciar as condições originais;
- s. Assegurar o cumprimento de todas as solicitações da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), comissões de prontuário e de documentação, comissão e comitê de óbito e por toda a equipe médica;
- t. Manter atualizado e disponibilizar junto ao SESMT, referente a cada médico que prestar serviço ao CONTRATANTE, o Controle de Vacinação (Cartão vacinal contendo as vacinas: Hepatite B 3 doses, DT 3 doses, reforço com 10 anos, Febre Amarela 1 dose, Influenza ano da última campanha, COVID-19 1ª e 2ª doses ou dose única e demais doses de reforços), ASO (atualizado) e Ficha de Treinamento Inicial em



Segurança do Trabalho, e referente à CONTRATADA, PPRA e PCMSO atualizados.

### 5.4. FISCALIZAÇÃO

- 5.4.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE especialmente designado para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.
- 5.4.2. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão no Cronograma de Trabalho Anual, eventuais demandas e Normas vigentes.
- 5.4.3. A equipe da residência médica deverá desenvolver-se em regime de estreito entendimento entre a equipe de trabalho e a FISCALIZAÇÃO, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato, ficando como sua obrigação e responsabilidade:
  - a) Fornecer à CONTRATADA todos os elementos indispensáveis à execução dos serviços;
  - b) esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA;
  - c) expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;
  - e) solicitar a imediata retirada do serviço de qualquer integrante da equipe da CONTRATADA que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências da FISCALIZAÇÃO, independente de exposição de motivos;
  - g) relatar, oportunamente ao CONTRATANTE ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou inconveniências a terceiros;
- 5.4.4. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na



unidade não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.

### 5.5. SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO:

- 5.5.1. Fica estabelecido que é de responsabilidade da CONTRATADA:
  - a) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
    - ✓ Carteira de vacinação atualizada, incluindo vacina COVID-19, conforme item 5.3.1 subitens;
    - ✓ Evidências de educação continuada;
    - ✓ Sapato de segurança com CA (certificado de aprovação).
  - b) Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.
- **5.5.2.** A CONTRATADA é obrigada a fiscalizar os residentes médicos quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral;

### 5.6. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.6.1. Os serviços coordenação, dadas suas características operacionais típicas de alta complexidade, deverão ser executadas nos dias da semana, conforme descrito no item dois deste documento.



### 5.7. IMPEDIMENTOS

5.7.1. Não poderá se habilitar empresas médicas com histórico que desabone a prestação de seus serviços em contrato anterior ou em vigor com o CONTRATANTE, vedando-as.

### 6. INDICADORES DE DESEMPENHO

**6.1.** Os serviços serão avaliados por indicadores a serem definidos pelo CONTRATANTE e comunicados expressa e previamente à CONTRATADA.

### 7. RELATÓRIO DE EVIDÊNCIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 7.1. Apresentar juntamente com a emissão da Nota Fiscal as evidencias dos serviços prestados;
- 7.2. A Contratada deve gerir o controle de escalas, passagens de plantões, confirmações de presença e troca de escala dos residentes médicos.

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Responsável técnico registrado no CREMEGO;
- Empresa devidamente registrada no CREMEGO;
- Atestado de capacidade técnica.

### 8. VALOR DE REFERÊNCIA

- **8.1.** Valor mensal de teto máximo para a prestação de serviços é de R\$ 9.036,75 (nove mil e trezentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) mensal.
- \*\* Obs. Sendo os valores brutos inclusos os impostos da prestação de serviços;

NORTE GOIANO - Fazenda 100 Alqueires, terra de Cultura de Guariroba, RS 65 mil por alq. Tr. (62) 98244-7040 Sandro / (62) 99152-1171 Fábio 71257

NORTE GOIANO - Fazenda 264 Alqueires, com 215 de pasto. R\$ 80 mil reais por alq. Tr. (62) 98244-7040 Sandro / (62) 99152-1171 Fábio

NOVA AMÉRICA 136 alqs, casa, curral, na beira da GO. Ac. parte de trama. 99451-6608 C13103

ORIZONA - 16 alqs de terra, região de soja, terra boa, 2 km de beira de rio. R\$3.100.000. (62) 98405-3733/ 99359-0429 C-18766.

PALMINOPOLIS - Châcara 2.992m², beira Rio Turvo. R\$ 120 mil. Oportunidadel Tr. (62) 98415-8715 C-4889

PASSA QUATRO 40 alqs agua. Ac. imóvel comer-cial. 99451-6608 C13103



RODAS D'ÁGUA RODIAS D'AGUA ROS P/ GADO, CAIXAS D'ÁGUA TIPO TAÇA. TUDO EM ATÉ 10 PAGA-MENTOS. (62) 3298-1098/ 98507-1200/98499-0244

SUL DO TOCANTINS - Fazenda 225 Alqueires, terra parte bruta e Juquirada. R\$ 45 Mil Reals por alq. Tr. (62) 98244-7040 Sandro / (62) 98244-7040 Sandro / (62) 99152-1171 Fábio

de cultura, porteira (e-chada. 99616-2623 C13103

TRINDADE - 33 Alqs, Acei ta imóvel comercial em Goiánia. R\$ 450 mil o alq. Tr. (62) 99602-0735.

URUAÇU - Fazenda 106 Al-queires, dupla aptidão. RS RS140 mil por alq. Tr. (62) 98244-7040 Sandro / (62) 99152-1171 Fábio

### VIANÓPOLIS

porcelanato, sala, cozinha, banheiro, Fogăo
caipira na ârea, represa e
rego d'agua, Facil acesso,
80 km de Golânia, 5 km
de chão, ACEITO PERMUTA NA METADE DO
VALOR, OBS: TERRENO
ESCRITURADO. Aceito
carro como forma de pa rro como forma de pa-mento. R\$ 550 mil. Tr (62) 99403-7908 <sup>©</sup> fala



NEGÓCIOS



ANIMAIS DOMÉSTICOS

#### VENDO CHIHU-AHUA

elo longo, linhage ortada, 40 dias.

#### **ELETRÓNICOS**

CASA DOS MONITORES -ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CPU'S, MONITORES E IM-PRESSORAS. (62) 3911-6986/ 99827-9753.

PARA 3° IDADE em domicilio. Ensinamos: celulares, notebook, com-putadores, impressoras e assist, técnica em domicilio. Tr: (62) 99692-3013 @ Adilânia



0 A exigincis de pagamento stecipado de qualquer quantia para excebirmento de para excebirmento de properta mos finacieros, porte el incide de apose contra con-misce. Antes es festam apolici consulte a Piscon de pas cidade que a Decegação Estadast do Consumidor

#### CONSÓRCIO



A exigência de pagament antecipado de qualquer qua para recebimento de carra de credito de consúrcio e venda de veiculos automotores pode ser indício de golpe contra consumidar. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade ou a Delegacia Estadual do Consumidor.

CONSORCIADO Desistivo de pagar, receba as prestações pagas. Fone: (62) 3212-2437/ 98289-1805 99900-7828

#### DINHEIRO E FINANÇAS

### SERASA / SPC

(5ó CCF pague depois) Limpo name. R\$ 600,00 Tr: © (61) 9 9120-6134 ou (61) 4141-6940.

LAZER E BELEZA

### BELEZA E ESTÉTICA

DR\*: THAYARA SOUZA 67 99479-6893 Fisiotera-pia e pilates em Domicilo

TÍTULO DE CLUBE

### POUSADA (62) 99224-8766

POUSADA DO RIO QUENTE. Vendo e compro titulo. Tr: 64-9 9985-0101

SERVIÇOS

#### ACOMPANHANTES



são crimes puniveis pela Legislação vigente.

COMUNICADOS

COMUNICADO

A Empresa GERRESHEI MER PLASTICOS SAC PAULO LTDA, com ende reço na Rua VP 3E, S/N QD, 06 A, MODULO 02 BARREIRO DO MEIO, DIS

AKREIRO DO MEIO, DI RITO AGROINDUSTRIA DE ANAPOLIS, ANAPO IS-GO, solicita que a Sra AMILA DOS

-GO, solicita que a Sr. MILA DOS ANJO NSECA, CTPS 609257

DECLARAÇÃO DARLAINE KATIA SILVA DE AL-MEIDA, brasileira, sol-teira, portadora do CPF: 70455B831-30 e da C.I RG 0,044951 SSP/GO, resi-dente e domiciliado em

a,0.4951 SSP/GO , resis-dente el domicillado em Trindade/Golás.DE-CLARA PARA OS DEVI-DOS FIRS que perdeu em local e data ignorada, o contrato de compra e venda referente an Lote 13 (13) da quadra 44 (43), do lotcamento denami-nical Gsp. Da Empresa Gresa Empreendimen-nical Gsp. Da Empresa Córrea Empreendimen-tos Imobiliarios tida, as-sumindo todas e qual-quer responsabilidade pelo ato.

do titulo N 2781 da ETPRQ

clara, seios fartos super ca-rinhosa, atendo com local no Centro ou no hotel e domicilio 62 99950-3463

ACOMPANHANTES 1

RODRIGO - Moreno, dis-creto, sigiloso para casais e mulheres 62 99844-6453

### **EXOTERISMO**

CABOCLO TIRA PRICASA Cartas /Búzios /taró. Faz, desfaz trabalho, Consulta ao alcance de todos. Jd.América 3274-2925/ 993 70-5833/ 98448-4958 zap

MENSAGENS

# MARCELO - Conhecer al-guém especial / Novas amizades. Tr: (62) 99439-0621/9 9617-6381

COMERCIO E INDÚSTRIA

### INSTALAÇÕES

RAGOIÁNIA - MOTEL Vendo Motel o único cidade Tr. 9.8433-3279

MARISTA - Alameda Ricar do Paranhos. Loja terrea com sobreloja. Otima loza lização. Tr. (62) 985993125

#### MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

### 03 TACHOS

inox para doce e 01 bate delra de gelela utilizado para fabricação de doces Tr. (62) 99964-2977 483-7763

Sua multiplataforma de negócios.



### AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL 012/2023

PREGÃO PRESENCIAL 0.12/2023

O Municios de Homenico, aniverse de sua Preparso i nora pública and interescuados, e com especial onos públicanos de Preyla 0.12/2022, conforma estáda concrar ao de 3.00/20/20, que, lundia en viva que a emperada venocidera do ilem 01, eña apresenteu producio de acusto com lemo de referercia do della Partia-1, dande de no lac curreprense has de especialações da lema seferema do fates cursidante ne edida, e empresa do destada de acusto de reportações da lema seferema do fates cursidante ne edida, e empresa do destada de contama Ampuesto na la especialaçõe, foi convovacida a Empresa Godina Presentrações A Adalas C. LDA cissos de Municipar sud o de 18/07/20/23. Se 11:30 horar, e manifestar seu á trese se de contrato a culta entrancestroite. A certificações da se deu mas mismas condeções propostas polo primais cassificados, nexame quando so prega absultandas de conferindado dom de convocatoria: Informações Tel. 64 95/91/210, Sansába no Sater de Licitações, suda A y informaço Faria Os, el 46 Estados (100/20/22). LAYANE CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Presidente da CPL.

Estado de Goilas, Manicípio de Neva Crivás, Aviso de licturões, O Governo do Manicípio de Nova Crivás, Estado de Goiss, leva-os conhecimento dos microsados, que far fasta des productiones lectados es modernas que far fasta de productiva tentraleja en la companio de la companio del la companio de la com

#### Aviso de Edital

O Instituto de Gestão e Humanização IGH torna público que instaurou os seguintes processos seletivos no HEMU—HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER: 012/2023 — HEMU, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica especializada; 013/2023 - HEMU objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de CME. O edital estará disponível no website Link - https://www.igh.org.br/hmi-2023-atos-convocatorios-compras/

Comissão de Processo Seletivo IGH

VARA DE FANÍLIA DE BELA VISTA DE GOIÁS/GO — EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO O Juiz da VFAM, faz saber que no dia 20/07/23, as 12h, e encert, dia 27/07/23, as 12h. O 18/18 a graf rabilizado em 2 1 citas; p. 3 s 12h. e encert, dia 27/07/23, as 12h. O 18/18 a graf rabilizado em 2 1 citas; p. 3 s 12h. O 18/18 citas em 2 p. 1 no centre of la receivado durante o periodo previsto. Proc. 552/19/5-05, 202.68, 69, 50.17 Facquerente: Behy Bonfácio de durante o periodo previsto. Proc. 552/19/5-05, 202.68, 69, 50.17 Facquerente: Behy Bonfácio de 150,00m, alaposa y Corenza Ben Libra, proc. y Selmo Bonfácio de Vista. Benn (91) ANSI de 150,00m, alaposa y Corenza Ben Libra, proc. y Selmo Bonfácio de Vista. Benn (91) ANSI de 150,00m, alaposa y Corenza Benn Libra, y Selmo Bonfácio de Vista. Benn (91) ANSI de 150,00m, alaposa y Corenza Benn (150,00m, alaposa y Corenza s, repres, logal/con, das datas acma. E. p/ conhecime e o presente pub./afiz, na forma da Lei. Em, 20/06/23. Paulo Afonso de Amorim Filho — Juiz de Direito

INGGERRACIO SE ALEMANA DE LICENTE DE LA CONTRACA DEL CONTRACA DE LA CONTRACA DE LA CONTRACA DEL CONTRACA DE LA CONTRACA DEL CONTRACA DE LA CONTRACA DE LA CONTRACA DE LA CONTRACA DE LA CONTRACA DEL CONTRACA DE LA CONTRACA DEL CONTRACA DE LA CONTRACA DE

Image: 110 to Femando Jose Cetella Gençalves Perdira, L. belorio (fical inguite na JUCESP pob nº 844, faz subsit da pravente Calast, que devidimente aduntiva pob BANDO SIABACESO SAI, incrison no CRPJ pob nº 644, faz subsit da pravente Calast, que devidimente aduntiva pob BANDO SIABACESO SAI, incrison no CRPJ pob nº 644, faz subsit da pravente Calaster (fig. 12 to 27 doi ninche data haza describa, nos attas hora e tocal refunda faz subsita subsita da faz subsita subs

de pagemente e venda des Indivents disponiveis nes sites y wy la nigre control de la commencia de la commencia

APARECIDA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 108/202A Secretaria Executiva de Licitação, por intermédor da Preporên Stellaria cua comesada pelo Deceto N° n° a 108/202A Secretaria Executiva de monesada pelo Deceto N° n° a 108/202A Secretaria de 108/202A como de media de proposito de como de Licitação, Stefany Linara - Pregoeira.

Serventia de Registro de Imóveis Civil das Pessoas Juridicas Títulos e Documenti Jonalhas Nunes Soares Escrevente Autorizado Senador Canedo-GO

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA. O'icidi Registrador da Serventia de Registro de Inéveis, Titules e Decumento a Civil de Pessoas Junideas de Sendero Canedo, Estado de Goise, como de Canedo Canedo, estado por ROCA (CANEDO CONTRO A SERVIZA MAGALHAES DE SOUZA, FIRELL, INSENDA GOISE, MAGALHAES DE SOUZA, FIRELL, MAGALHAES DE TULIO SOBRAL MARTINS E ROCHA, Oficial Registrador d Segundia de Registro de Imáveis, Titulos e Documentos e Civ Imitivel (Hippoteca ou Altenação Fiduciária), cassado om Colonia GO aos ITI/O2022 altentes ao inovel altenado em caráter fluciútico à: BANCO BRADESCO S.A. objeto da américala nº 1.1979. corresponeñe ao loto eo letras de número 2033 (3273), da quadra tema e ello (38), situado na XENIDO AD, 1005E CARNIERIO, no felemente de normando "RESIDENCIAL JARDIM CANEDO", notas cidade. Nesta opportunidade, eta V. Sr.º centidado que, o não cumprimento da referda obrigação no prazo do 15 dias, garante o dereio de consolidação da propendade do timbel em divele em lavor da credora fiducidira - à BANCO BRADESCO S.A. nos termos do Art. 36 de lei 5.51.197, Nada misis. Sender Caractero Autérizado.

WCRP09

EDITAL DE CONVOCAÇÃOASSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS) PSICOLOGASJOS DO ESTADO DE GOIAS OCOSSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS) PSICOLOGASJOS DO ESTADO DE GOIAS OCOSSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS) PSICOLOGASJOS DO ESTADO DE GOIAS OCOSSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS PSICOLOGASJOS DO ESTADO DE GOIAS OCOSSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS PSICOLOGASJOS DE GOIAS OCOSSEMBLEA GERAL ORDINĀRIA DASJOS DASJOS DE GOIAS DE GOI



# PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO: 0000393877

TÍTULO: Aviso de Edital HEMU d	liversos				
USUÁRIO: JOEL SOBRAL DE ANDRADE			LOGIN: joel.sobral		
CLIENTE: INSTITUTO DE GEST	TAO E HUMANIZACAO IGH 11.	.858.570/0017-0	9		
DATA DA PUBLICAÇÃO: 12/07/2023			SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: PUBLICADA		
DATA DO ENVIO: 11/07/2023			HORA: 09:35:06		
VALOR: 170,19			ALTURA (cm): 3.89		
COLUNA(S): 1	CM² (Colunas x altura): 3.89	JORNAL: Diário Oficial do Estado de Goiás			
CADERNO: Caderno Único		SEÇÃO: IV - Demais Poderes			
DADOS DO ARQUIVO	EXTENSÃO: docx				
	IMF	RESSÃO			
DATA: 19/07/2023		HORA: 10:02:45		USUÁRIO: JOEL SOBRAL DE ANDRADE	

#### Aviso de Edital

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH torna público que instaurou os seguintes processos seletivos no HEMU - HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER: 012/2023 - HEMU, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica especializada; 013/2023 - HEMU, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de CME. O edital estará disponível no website Link - https://www.igh.org.br/hmi-2023-atos-convocatorios-compras/

Comissão de Processo Seletivo IGH





### **RECIBO DE DOCUMENTOS**

Processo Seletivo nº. 011/2023 - HEMU

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA MÉDICA CIENTÍFICA

Proponente: MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA.

CNPJ nº. 04.901.544/0001-85

Declaro para os devidos fins que recebi, em 11 de junho de 2023, às 16:00h, por intermédio do Representante da Empresa supracitada, envelope contendo a relação de documentos necessários para habilitação no Processo Seletivo abaixo descrito, em concordância com as determinações contidas no Edital:

- a) Contrato Social;
- b) Carteira de identidade de Marco Aurélio Albernaz;
- c) Carteira do CREMEGO de Marco Aurélio Albernaz;
- d) Cartão de CNPJ;
- e) 01 atestado de capacidade técnica;
- f) Certidão de especialista do CREMEGO;
- g) Certidão negativa de falência e concordata emitida pelo Tribunal de Justiça de Goiás em 11/07/2023;
- h) Certidão Negativa emitida pela SEFAZ Estadual Goiás em 11/07/2023, com validade de 60 dias;
- i) Certidão Negativa emitida pela SEFAZ Municipal de Goiânia em 11/07/2023, com validade até 08/10/2023;
- j) Certidão Negativa emitida Receita Federal em 11/07/2023, com validade até 07/01/2024;
- k) Certidão negativa emitida pela Caixa Econômica Federal CEF em 11/07/2023, relativa a regularidade do FGTS, com validade até 04/08/2023;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida em 11/07/2023 com validade até 07/01/2024;

m) Proposta contendo 01 lauda;

Adriano Muricy

Comissão de Processo Seletivo

Representante da Proponente

### PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### DE: MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA

ENDEREÇO: RUA 1124, № 469 (Qd.217 Lts.12/13), SALA 02 - SETOR MARISTA, GOIANIA - GO

CEP: 74.175-080. Fone: 62 99971-1453, 62 3518-1551

CNPJ: 04.901.544/0001-85

### PARA: INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH

ENDEREÇO: Av. Antonio Carlos Magalhães, 3244, Sala 1323, Edifício Thomé de Souza Pituba,

Salvador – BA – CEP: 41800-700 CNPJ: 11.858.570/0001-14

#### **OBJETO:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ASSESSORIA MÉDICO CIENTÍFICA NA SEÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER, DE ACORDO COM EDITAL 011/2023

### LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Hospital Estadual da Mulher de Goiânia, Rua R-7 com Av. Perimetral, S/N, Setor Oeste, Goiânia – Goiás, CEP: 74.530-020.

#### **VALOR DO CONTRATO:**

FIXO MENSAL, R\$ 9.036,75 (nove mil, trinta e seis reais e setenta e cinco centavos)

#### **FORMA DE PAGAMENTO:**

Dia 20 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Goiânia, 11 de julho de 2023.

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ ADMINISTRADOR/DA EMPRESA

# CONTRATO SOCIAL MAA CONSULTORIA MEDICO CIENTÍFICA LTDA

Pelo presente instrumento particular de contrato social, de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, os signatários:

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, brasileiro, solteiro, médico, nascido aos 05/02/1965 na cidade de Goiânia-GO, filho de Nidion Albernaz e Eneri Santana Albernaz, portador da Cédula de Identidade nº 1.407.932 expedida pela SSP/GO, inscrito no CRM-GO sob nº 5.394 e no CPF/MF sob nº 320.916.801-68, residente e domiciliado à Rua 3 nº 483, Aptº 701, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP 74115-050; e

PAULO ROGÉRIO ALBERNAZ, brasileiro, casado, médico, nascido aos 12/09/1963 na cidade de Goiânia-GO, filho de Nidion Albernaz e Eneri Santana Albernaz, portador da Cédula de Identidade nº 1.218.092 expedida pela SSP/GO, inscrito no CRM-GO sob nº 5.009 e no CPF/MF sob nº 320.983.911-53, residente e domiciliado à Rua T-15 nº 800, Quadra 132, Lotes 2/4, Aptº 1302, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74230-010.

Deliberam, de comum acordo e na melhor forma de direito, constituir uma sociedade, que se regerá pela legislação vigente e por este contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade será por cotas de responsabilidade limitada e terá sede e foro à Rua 1.124 nº 469, Quadra 217, Lotes 12/13, Sala 2, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP 74175-080.

### CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade girará sob a denominação social de MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA, da qual farão uso ambos os sócios, mas tão somente nos negócios atinentes à sociedade, não sendo permitido o seu uso em casos particulares, principalmente em letras de favor, cartas de crédito, endossos, avais, fianças e quaisquer outros documentos semelhantes na forma da lei.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O sócio que usar indevidamente os negócios sociais ficará, individualmente, responsável pela infração e sujeito às cominações e consequências legais, inclusive perdas e danos.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

O nome de fantasia da sociedade será: MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O objetivo da sociedade será a Prestação de Serviços Médico Científicos, de conformidade com as atividades abaixo descritas:

- · Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médico Científica;
- Assistência Médica, Clínica, Cirúrgica e Diagnóstica;
- Elaboração de Trabalhos Científicos e Pesquisas Clínicas;
- Realização de Eventos relacionados à Medicina, tais como: palestras, cursos, conferências, seminários, congressos e simpósios.

### PARÁGRAFO ÚNICO

A sociedade poderá exercer suas atividades em dependências próprias ou de terceiros, de acordo com sua conveniência, respeitadas as exigências dos órgãos fiscalizadores, principalmente as relacionadas aos procedimentos Cirúrgicos e Diagnósticos, que deverão ser exercidos em ambientes adequados e devidamente preparados para o exercício dessas atividades.

### CLÁUSULA QUARTA

O capital social será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dividido em 2.000 (duas mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e integralizado pelos sócios, da seguinte forma:

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, subscreve e integraliza, neste ato, em moeda corrente do país, 1.999 (uma mil novecentas e noventa e nove) cotas, perfazendo R\$ 1.999,00 (um mil, novecentos e noventa e nove reais);

PAULO ROGÉRIO ALBERNAZ, subscreve e integraliza, neste ato, em moeda corrente do país, I (uma) cota, perfazendo R\$ 1,00 (um real).

### CLÁUSULA QUINTA

As cotas da sociedade são indivisiveis e não poderão ser cedidas ou transferidas para terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, cabendo a este o direito de preferência, em igualdade de condições, que se exercerá no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da comunicação formal.

### CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade dos sócios é limitada a importância total do capital social, nos termos do Artigo 2º "in fine" do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

### CLÁUSULA SÉTIMA

A gerência e a administração da sociedade serão exercidas, exclusivamente, pelo sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, com direito a retiradas mensais a título de pró-labore, respeitados os limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda, sendo a quantia correspondente escriturada a débito da conta de despesas da sociedade.

C. TOPAS

### CLÁUSULA OITAVA

Os honorários médicos estarão integralmente desvinculados de qualquer tipo de taxa, do capital social e/ou do caixa do estabelecimento, mesmo com a autorização do médico, ainda que ele tenha vinculo empregatício com o estabelecimento ou até mesmo que exista disposição de distribuição de lucros no final do exercício fiscal.

### CLÁUSULA NONA

A 31 de dezembro de cada ano, será realizado um balanço geral do ativo e passivo, para apuração do resultado do exercicio, sendo os lucros ou prejuízos verificados, divididos entre os sócios, na proporção de suas cotas na sociedade, ou creditados em contas de reservas, para aumento do capital social.

### CLÁUSULA DÉCIMA

A sociedade será representada, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, nas relações com os poderes públicos ou perante particulares, somente pelo sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, que assinará pela mesma, isoladamente.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O início das atividades sociais está previsto para 15 de fevereiro de 2002 e o prazo de sua duração será por tempo indeterminado.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Por deliberação da maioria dos cotistas, o capital social poderá ser aumentado a qualquer tempo, novos sócios poderão ser admitidos, criadas novas filiais, alterado o ramo de negócio ou transformada a presente em qualquer tipo de sociedade prevista no ordenamento jurídico.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Nos casos de: falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá; devendo o sócio remanescente realizar um balanço geral extraordinário na empresa, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos legitimos herdeiros do sócio falecido, caso estes não desejarem ingressar na sociedade.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os sócios comprometem-se, entre si, a agirem e procederem harmoniosamente, envidando seus esforços no continuo desenvolvimento dos negócios sociais e da própria sociedade, atuando com lealdade e perseverança na consecução dos objetivos a que se propuseram.

A COURT OF STREET

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Os casos omissos, as divergências ou dúvidas que suscitarem entre os sócios, que não puderem ser dirimidos amigavelmente serão solucionados conforme as Leis vigentes aplicáveis à sua espécie.

Os sócios declaram, expressamente, em cumprimento da legislação em vigor, que não estão sendo processados, nem foram definitivamente condenados, ainda que de modo temporário a crime cuja pena vede o acesso a cargos ou funções mercantis e comerciais.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato social, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Goiânia-GO, OS de fevereiro de 2002.

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ

PÁULO ROGÉRIO ALBERNAZ

ASSINATURA COMERCIAL POR QUEM DE DIREITO

MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LADA
MARCO AURÉLIO ALBERNAZ

Testemunhas:

Sebastião Plinio Machado CPF/MF 002 911 961-87

CRC-GO 1172

and become for sparso valorio de Madrica

Marcos Valério Marra da Madeira

CPF/MF 278.325.461-15

CRC-GO 6.553

Ado. Vistion Ollunoa OAB-Go nº 680

# PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, de sociedade limitada, os signatários:

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, médico, nascido aos 05/02/1965 na cidade de Goiânia-GO, filho de Nidion Albernaz e Enerí Santana Albernaz, residente e domiciliado à Rua T-36 s/n, Quadra 153 Lotes 09/10, Aptº 503, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74223-050, portador da Carteira de Identidade nº 1.407.932 expedida pela SSP/GO em 04/08/1981, inscrito no CRM-GO sob nº 5.394 e no CPF/MF sob nº 320.916.801-68; e

PAULO ROGÉRIO ALBERNAZ, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, médico, nascido aos 12/09/1963 na cidade de Goiânia-GO, filho de Nidion Albernaz e Enerí Santana Albernaz, residente e domiciliado à Rua T-15 nº 800, Quadra 132 Lotes 2/4, Aptº 1302, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74230-010, portador da Carteira de Identidade nº 1.218.092, expedida pela SSP/GO em 03/04/1996, Inscrito no CRM-GO sob nº 5.009 e no CPF/MF sob nº 320.983.911-53;

Únicos sócios componentes da sociedade denominada MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA, estabelecida à Rua 1.124 nº 469, Quadra 217, Lotes 12/13, Sala 2, Setor Marista, Goiánla-GO, CEP 74175-080, com ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob nº 52201866750 em sessão de 14/02/2002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.901.544/0001-85, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito alterar o seu contrato social, bem como adaptá-lo às disposições do Novo Código Civil, conforme determina o artigo 2.031 da Lei 10.406/02 e ainda proceder a sua consolidação, dando-lhe nova redação, com a conseqüente revogação do anterior, sendo que o fazem da seguinte forma:

### ITEM - I

O nome de fantasia da sociedade que era MAA Consultoria Médico Científica é alterado neste ato, para MAA CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA.

#### ITEM - II

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas na sociedade, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

Mucos

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 1

#### ITEM - III

As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do sócio remanescente; o cotista que pretender se retirar da sociedade ou transferir parte de suas cotas deverá comunicar ao sócio remanescente por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este o direito de preferência, em Igualdade de preço e condições, que o utilizará, dentro de 60 (sessenta) dias da comunicação formal.

#### ITEM - IV

A administração da sociedade e o uso do nome empresarial serão exercidos exclusivamente pelo sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, com amplos poderes para gerir os negócios sociais, assinando individualmente, em todos os seus atos.

#### TTEM - V

É vedado aos sócios o uso da sociedade para fins estranhos aos Interesses sociais, tais como: avais, abonos, fianças, endossos, ou quaisquer outras garantias em favor dos cotistas ou de terceiros. O sócio que usar indevidamente os negócios sociais ficará, individualmente, responsável pela infração e sujeito às cominações e consequências legais, inclusive perdas e danos.

#### ITEM - VI

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, para apuração dos lucros ou prejuízos.

#### ITEM - VII

No quadrimestre subsegüente ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da administração e designarão administradores, quando for o caso.

### ITEM - VIII

Os lucros ou prejuízos apurados em balanços anuais serão distribuídos aos sócios na proporção de suas cotas na sociedade ou escriturados em conta do patrimônio líquido para posterior aumento do capital social ou compensação com resultados de exercícios subsequentes.

### ITEM - IX

Antes do encerramento do exercício social, no decorrer do ano calendário, a qualquer tempo, a sociedade poderá antecipadamente distribuir lucros aos sócios, desde que os valores sejam apurados e demonstrados Macon contabilmente.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 2

#### ITEM - X

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, depósitos abertos ou fechados, escritórios de representação ou qualquer outra dependência julgada necessária, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

### ITEM - XI

O sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, terá direito a retiradas mensais a título de pró-labore, pelo exercício da administração da sociedade, que serão fixadas de comum acordo e a qualquer tempo, dentro das possibilidades da empresa, observadas as disposições regulamentares pertinentes, sendo a quantia correspondente escriturada a débito da conta de despesas da sociedade.

#### ITEM - XII

Nos casos de: falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, devendo o sócio remanescente realizar um balanço geral extraordinário na empresa, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos legítimos herdeiros do sócio falecido, caso não haja interesse destes em ingressar na sociedade. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos seus sócios.

#### ITEM - XIII

Os sócios poderão deliberar pelo aumento do capital social, cabendo a cada um o direito de subscrição, na proporção de suas cotas, ressalvado o direito de preferência que poderá ser concedido ao outro sócio.

#### ITEM - XIV

Os sócios poderão a qualquer tempo, transformar a sociedade em qualquer outro tipo jurídico ou alterar os termos do presente contrato, desde que satisfaçam as exigências legais.

### ITEM - XV

A exclusão de sócio por justa causa somente será admitida quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso ser determinada reunião especialmente convocada para este fim, cientificando o acusado em tempo hábil, para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 3

Mucos

### ITEM - XVI

As omissões, divergências ou dúvidas orlundas deste contrato serão solucionadas de comum acordo entre os sócios, em consonância com o disposto nos art. 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/02 e demais disposições legais vigentes, aplicáveis a sua espécie.

#### ITEM - XVII

Fica eleito o foro da Comarca de Golânia, capital do Estado de Golás, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### ITEM - XVIII

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los do livre exercício das atividades mercantis e da administração da sociedade.

#### ITEM - XIX

Os sócios comprometem-se, entre si, a agirem e procederem harmoniosamente, envidando seus esforços no contínuo desenvolvimento dos negócios sociais e da própria sociedade, atuando com lealdade e perseverança na consecução dos objetivos a que se propuseram.

#### ITEM - XX

As cláusulas contratuais, em decorrência das alterações havidas e das adequações à Lei nº 10.406/02, ficam reordenadas e consolidadas com a seguinte redação:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA, com sede e domicílio à Rua 1.124 nº 469, Quadra 217, Lotes 12/13, Sala 2, Setor Marista, Golânia-GO, CEP 74175-080, e adota para nome de fantasia MAA CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA.

### CLÁUSULA SEGUNDA

O objetivo da sociedade é: Prestação de Serviços Médico Clentíficos, de conformidade com as atividades abaixo descritas:

Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médico Científica;

Assistência Médica, Clínica, Cirúrgica e Diagnóstica;

Elaboração de Trabalhos Científicos e Pesquisas Clínicas;

 Realização de Eventos relacionados à Medicina, tais como: palestras, cursos, conferências, seminários, congressos e Muco simpósios.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 4

### CLÁUSULA TERCEIRA

O inicio das atividades sociais deu-se em 15 de fevereiro de 2002 e o prazo de sua duração é por tempo indeterminado.

### CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dividido em 2.000 (duas mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, já totalmente realizado em moeda corrente do País, distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

Nome dos sócios	Cotas	%	Valor R\$
Marco Aurélio Albernaz	1.999	99,95	1.999,00
Paulo Rogério Albernaz	1	0,05	1,00
Totals	2.000	100,00	2.000,00

### CLÁUSULA QUINTA

As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do sócio remanescente; o cotista que pretender se retirar da sociedade ou transferir parte de suas cotas deverá comunicar ao sócio remanescente por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este o direito de preferência, em igualdade de preço e condições, que o utilizará, dentro de 60 (sessenta) dias da comunicação formal.

#### CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas na sociedade, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

### CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade e o uso do nome empresarial são exercidos exclusivamente pelo sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, com amplos poderes para gerir os negócios sociais, assinando individualmente, em todos os seus atos.

### PARÁGRAFO ÚNICO

É vedado aos sócios o uso da sociedade para fins estranhos aos interesses sociais, tais como: avais, abonos, fianças, endossos, ou quaisquer outras garantias em favor dos cotistas ou de terceiros. O sócio que usar indevidamente os negócios sociais ficará, individualmente, responsável pela infração e sujeito às cominações e conseqüências legais, inclusive perdas e danos.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 5

Marie

### CLÁUSULA OITAVA

Os honorários médicos estarão integralmente desvinculados de qualquer tipo de taxa, do capital social e/ou do calxa do estabelecimento, mesmo com a autorização do médico, ainda que ele tenha vínculo empregatício com o estabelecimento ou até mesmo que exista disposição de distribuição de lucros no final do exercício fiscal.

### CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, para apuração dos lucros ou prejuízos.

### CLÁUSULA DÉCIMA

No quadrimestre subsequente ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da administração e designarão administradores, quando for o caso.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os lucros ou prejuízos apurados em balanços anuais serão distribuídos aos sócios na proporção de suas cotas na sociedade ou escriturados em conta do patrimônio líquido para posterior aumento do capital social ou compensação com resultados de exercícios subseqüentes.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Antes do encerramento do exercício social, no decorrer do ano calendário, a qualquer tempo, a sociedade poderá antecipadamente distribuir lucros aos sócios, desde que os valores sejam apurados e demonstrados contabilmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, depósitos abertos ou fechados, escritórios de representação ou qualquer outra dependência julgada necessária, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O sócio MARCO AURÉLIO ALBERNAZ, tem direito a retiradas mensais a título de pró-labore, pelo exercício da administração da sociedade, que serão fixadas de comum acordo e a qualquer tempo, dentro das possibilidades da empresa, observadas as disposições regulamentares pertinentes, sendo a quantia correspondente escriturada a débito da conta de despesas da sociedade.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 6

Marcon Marcon

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Nos casos de: falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, devendo o sócio remanescente realizar um balanço geral extraordinário na empresa, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos legítimos herdeiros do sócio falecido, caso não haja interesse destes em ingressar na sociedade. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos seus sócios.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Os sócios poderão deliberar pelo aumento do capital social, cabendo a cada um o direito de subscrição, na proporção de suas cotas, ressalvado o direito de preferência que poderá ser concedido ao outro sócio.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os sócios poderão a qualquer tempo, transformar a sociedade em qualquer outro tipo jurídico ou alterar os termos do presente contrato, desde que satisfaçam as exigências legals.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A exclusão de sócio por justa causa somente será admitida quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso ser determinada reunião especialmente convocada para este fim, cientificando o acusado em tempo hábil, para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As omissões, divergências ou dúvidas oriundas deste contrato serão solucionadas de comum acordo entre os sócios, em consonância com o disposto nos art. 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/02 e demais disposições legais vigentes, aplicáveis a sua espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Fica eleito o foro da Comarca de Golânia, capital do Estado de Golás, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los do livre exercício das atividades mercantis e da administração da sociedade.

MAA Consultoria Médico Científica Ltda - pág. 7

Mucos

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os sócios comprometem-se, entre si, a agirem e procederem harmoniosamente, envidando seus esforços no contínuo desenvolvimento dos negócios sociais e da própria sociedade, atuando com lealdade e perseverança na consecução dos objetivos a que se propuseram.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração contratual em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Goiânia-GO, 13 de janeiro de 2004.

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ

PAULO ROGÉRIO ALBERNAZ

ASSINATURA COMERCIAL POR QUEM DE DIREITO

MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTÍFICA LTDA MARCO AURÉLIO ALBERNAZ

Testemunhas:

Sebastião Plínio Machado C.I. 1172 CRC-GO

Marin Valino Mana da Madina

Marcos Valério Marra da Madeira C.I. 6553 CRC-GO





11/07/23, 09:21 about:blank



### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.901.544/0001-85 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL  DATA DE ABERTURA 14/02/2002			
NOME EMPRESARIAL MAA CONSULTORIA ME	DICO CIENTIFICA LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  MAA CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA  PORTE EPP					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 72.10-0-00 - Pesquisa e	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL desenvolvimento experimental en	ı ciências físicas e naturais			
86.30-5-01 - Atividade m 86.60-7-00 - Atividades o	VIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS édica ambulatorial com recursos le apoio à gestão de saúde organização de feiras, congresso		entos cirúrgicos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 206-2 - Sociedade Empr					
R 1124		NÚMERO COMPLEM Q.217 L.	ENTO .12/13 SALA 2		
74.175-080	BAIRRO/DISTRITO SETOR MARISTA	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/02/2002		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL .				
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/07/2023 às 09:21:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## VALIDAEM TODO O TERRITORIO NACIONAL



# CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO Documento de identidade nos termos da Lei nº 6,206/75

MARCO AURÉLIO ALBERNAZ



# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS

CRM N°	DATA DE INSCRIÇÃO
5394	12/05/1988
VIA	DATA DE NASCIMENTO
1	05/02/1965

Euros a allery

NOME

ASSINATURA DO PORTADOR

mis ha mains	ASSINATURA DO PORTADOR		
FILIAÇÃO			
NIDION ALBERNAZ			Actual
ENERI SANTANA AL	_BERNAZ		
NATURALIDADE			
GOIÂNIA-GO			
RG			
1407932/SSP-GO			
DATA DE EXPEDIÇÃO	TÍTULO DE ELEITOR	SEÇÃO	ZONA
04/08/1981	110321090	9	1
CPF	LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃ	(o	
32091680168	GOIÂNIA-GO, 15/03/	2010	
	ala.	/	
	11 ann		

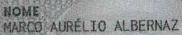
ASSINATURA DO PRESIDENTE





# CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GOIAS CEDULA DE IDENTIDADE DE MEDICO



CRM/UF 5394/GO



FILIAÇÃO ENERI SANTANA ALBERNAZ

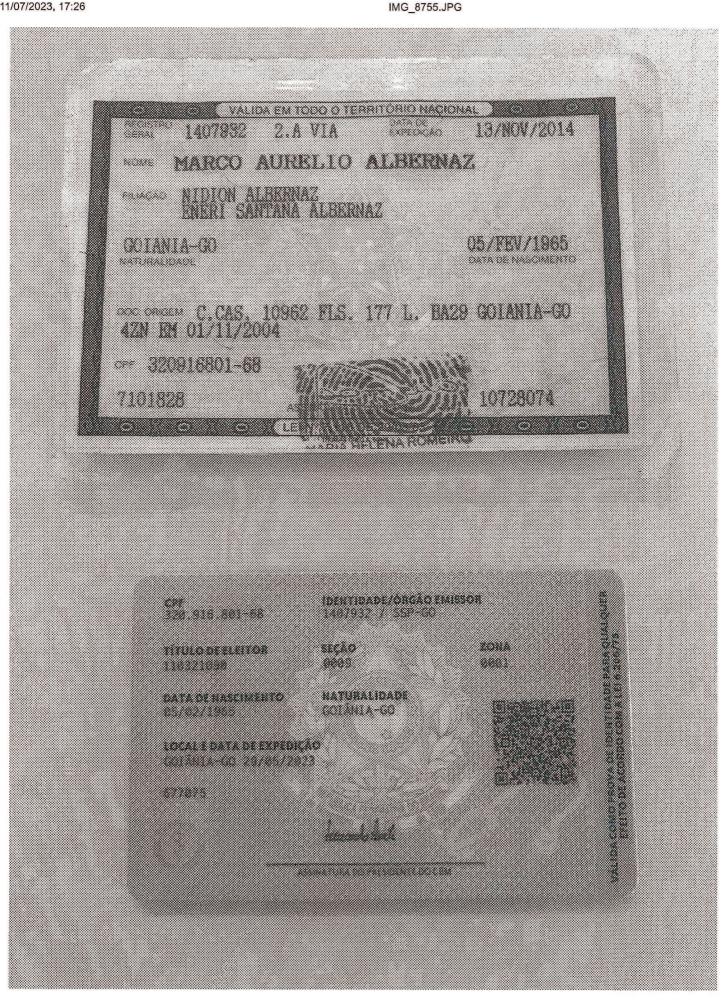
NIDION ALBERNAZ

DATA DE INSCRIÇÃO VIA 12/05/1988 01

Zener a allung

ABBINATURA DO PORTADOR













Goiânia, 11 de julho de 2023

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa MAA CONSULTORIA MÉDICA CIENTIFÍCA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.901.544/0001-85, com sede a Rua 1124, Q.217 L.12/13 SALA 2, Setor Marista, Goiania/GO, CEP 74.175-080, prestadora de serviços serviços de Consultoria Médica Científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa, em prol do Hospital Estadual da Mulher – HEMU em Goiânia gerido pelo Instituto De Gestão e Humanização – IGH, CNPJ/MF nº 11.858.570/0002-14, atesta que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnicamente e comercialmente.

Laryssa Santa Cruz M. Barbosa Diretora Geral - Hospital Estadual da Mulher Instituto de Gestão e Humanização - IGH



# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS

## CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o **Dr. MARCO AURÉLIO ALBERNAZ** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS, sob o número 5394, desde 12/05/1988, estando quite com o exercício de 2023 e habilitado legalmente para o exercício da medicina, tendo registrada(s) a(s) seguinte(s) especialidade(s): **GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - RQE Nº 652**.

Goiânia, 11 de julho de 2023

Certidão emitida no dia 11 de julho de 2023. Válida até o dia 07 de janeiro de 2024.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: http://www.portalmedico.org.br, por meio do código XHB3FH.



# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS TODAS AS COMARCAS

N : 104076977058

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA contra:

Requerente : maa consultoria medica cientifica Itda

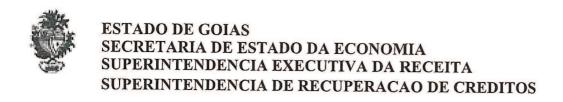
CNPJ : 04901544000185

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <a href="https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica">https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica</a>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104076977058

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 11 de julho de 2023, às 14:36:02 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012 Data da última atualização do banco de dados: 11 de julho de 2023



#### CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 38666439

IDEN	TIFICA	CÃO:
	THE LOT	A CLAU.

NOME:

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

**CNPJ** 

04.901.544/0001-85

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

#### NAO CONSTA DEBITO

#### **FUNDAMENTO LEGAL:**

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

#### SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

http://www.sefaz.go.gov.br.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5,555,655,696,551

**EMITIDA VIA INTERNET** 

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 11 JULHO DE 2023

HORA: 14:18:18:9



#### Secretaria Municipal de Finanças



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

#### CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA NÚMERO DA CERTIDÃO: 943.068-5

Prazo de Validade: até 08/10/2023

CNPJ: 04.901.544/0001-85

Certifica-se que até a presente data NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 11 DE JULHO DE 2023

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <u>www.goiania.go.gov.br</u>. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MAA CONSULTORIA MEDICO CIENTIFICA LTDA

CNPJ: 04.901.544/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:40:31 do dia 11/07/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 07/01/2024.

Código de controle da certidão: 1C52.CE99.6CEC.2292 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

04.901.544/0001-85

Razão

Social:

MAA CONSULTORIA MEDICO CIENTIFICA LTDA

Endereço:

RUA 1124 NR 469 QD217 LT12 13 SALA 2 / SETOR MARISTA / GOIANIA /

GO / 74175-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/07/2023 a 04/08/2023

Certificação Número: 2023070601100569390354

Informação obtida em 11/07/2023 14:31:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAA CONSULTORIA MEDICO CIENTIFICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.901.544/0001-85 Certidão nº: 34121463/2023

Expedição: 11/07/2023, às 14:34:47

Validade: 07/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que MAA CONSULTORIA MEDICO CIENTIFICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.901.544/0001-85, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

Salvador, 20 de julho de 2023.

Ref.: Edital do Processo Seletivo no 011/2023 - HEMU (Processo seletivo objetivando a prestação de serviços de Consultoria Médica Científica em Pesquisa, Desenvolvimento e Assessoria Médica Científica na Seção de Ensino e Pesquisa em prol do Hospital Estadual da Mulher - HEMU)

#### 1 - Considerações iniciais:

Compulsando os documentos que instruem o presente procedimento seletivo, depreende-se que houve publicidade regular do feito através de jornal de grande circulação local "O Popular" (12/07/2023), Diário Oficial do Estado de Goiás (12/07/2023) e website do Instituto de Gestão e Humanização – IGH (http://www.igh.org.br), consoante dispõe edital de convocação.

Findo o prazo constante para apresentação de propostas, depreende-se que 01 (uma) Proponente apresentou proposta, qual seja:

 MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTIFICA LTDA, CNPJ 04.901.544/0001-85;

#### 2 - Análise de requisitos:

Seguem abaixo análise da documentação carreada pela Proponente:

#### MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTIFICA LTDA, CNPJ 04.901.544/0001-85

Da análise da proposta apresentada verifica-se a tempestividade da Proponente, seguindo-se à análise e emissão do parecer técnico, conforme considerações abaixo delineadas. Compulsando os autos depreende-se que a Proponente satisfez os itens 2; 3 e 4 do edital. Passamos a verificar o cumprimento dos requisitos necessários à Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal - (ITEM 5), bem como Viabilidade Econômica da proposta:





#### PROCESSO SELETIVO 011/2023 - HEMU

A – Habilitação Jurídica: Foram apresentados todos os documentos exigidos no item 5.2 foi apresentado, conforme documentos constantes nos autos.

 B – Qualificação Técnica: Foram apresentados todos os documentos exigidos no item 5.3 foi apresentado, conforme documentos constantes dos autos.

C – Regularidade fiscal: Foram apresentados todos os documentos exigidos no item 5.4 foi apresentado, conforme documentos constantes nos autos.

D – Viabilidade Econômica: no item referente à viabilidade econômica da proposta, verifica-se que cumpriu o quanto estabelecido no edital do processo seletivo, apresentando valores compatíveis com o valor de referência.

Diante tudo o quanto exposto, entendemos pela habilitação da Proponente.

#### Conclusão

Por intermédio da Comissão de Processo Seletivo, designada pelo Superintendente do Instituto de Gestão e Humanização, responsável pela gestão do Hospital Estadual da Mulher - HEMU, consoante termos dos contratos de Gestão, em vista análise dos autos do processo seletivo nº 011/2023 — HEMU, vem HABILITAR a Proponente MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTIFICA LTDA, CNPJ 04.901.544/0001-85, conforme fundamentação supra, que aqui vale como se estivesse integralmente transcrita, e, tendo apresentado proposta com valores dentro do limite do valor de referência, declarar vencedora a MAA CONSULTORIA MÉDICO CIENTIFICA LTDA, CNPJ 04.901.544/0001-85. Deste modo, em hipótese de exaurimento do prazo recursal insculpido em Edital, já devidamente publicado, encaminhe os autos para o arquivo. Proceda-se com as devidas publicações.

Comissão de Processo Seletivo IGH